



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 01 | janeiro 2011



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: janeiro de 2011
Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de janeiro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento
Avenida da República, 79
1050-243 Lisboa
Telefone: +351 21 7998158
Fax: +351 21 7998154
URL: <http://www.gee.min-economia.pt>
E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública
Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.
1100 – 278 Lisboa
Telefone: +351 21 8823396
Fax: +351 21 8823399
URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>
E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	13
3. Comércio Internacional	23
<hr/>	
Artigos	29
Em Análise	31
Análise da Alteração de Comportamento das Exportações Portuguesas de Mercadorias para Angola: Portugal face aos Principais Fornecedores	31
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	39
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	45

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * A recuperação da economia mundial prosseguiu no 4.º trimestre de 2010, mas o dinamismo do crescimento apresentou-se mais moderado, nomeadamente em termos de produção industrial e de comércio externo, embora as trocas comerciais tenham registado um ligeiro recrudescimento no mês de novembro, especialmente nas economias emergentes. A incerteza quanto à perspetiva da economia mundial permanece elevada devido à persistência de perturbações nos mercados financeiros internacionais associadas aos riscos da dívida soberana em alguns países da área do euro e à recente aceleração dos preços das matérias-primas.
- * Nos EUA, os indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores fortaleceram-se no 4.º trimestre. Também, neste período, as vendas a retalho aceleraram; enquanto a produção industrial apresentou um crescimento menos forte. Em dezembro de 2010, assistiu-se a uma diminuição significativa da taxa de desemprego para 9,4% (9,8% em novembro) e a uma subida da taxa de inflação homóloga para 1,5% (1,1% em novembro).
- * O indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) referente ao 4.º trimestre continuou a progredir, em resultado sobretudo da melhoria da confiança dos empresários da indústria e do comércio a retalho. Para o conjunto dos meses de outubro e novembro, a produção industrial acelerou, as exportações mantiveram um forte dinamismo; enquanto as vendas a retalho abrandaram. Em novembro, a taxa de desemprego estabilizou tanto na AE como na UE, para se situar em 10,1% e em 9,6%, respetivamente. Em dezembro, a taxa de inflação homóloga da AE, subiu para 2,2% (1,9% em novembro).
- * As taxas de juro a 3 meses subiram ligeiramente tanto na área do euro como nos EUA em janeiro de 2011 até ao dia 20. Nos EUA, as taxas de juro de longo prazo aumentaram em dezembro, embora tenham ligeiramente diminuído no conjunto do ano de 2010 para 3,22% (3,25% em 2009).
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* apresentou uma forte subida em janeiro de 2011, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 20, registado o valor de 96 USD/bbl (73€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * O indicador de clima económico apresentou, no 4.º trimestre, uma tendência de diminuição refletindo a deterioração nos indicadores de confiança em todos os setores de atividade.
- * O indicador de atividade económica abrandou em novembro, pelo terceiro mês consecutivo. Em termos de componentes, também o indicador do consumo privado abrandou, enquanto o indicador de FBCF acentuou a quebra.
- * Em dezembro o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação homóloga de 2,5%, 0,2 p.p. acima da do mês anterior. A taxa de inflação de 2010 situou-se assim nos 1,4% (-0,9% em 2009). Também, em 2010, o IHPC situou-se 0,2p.p. abaixo da área do euro.
- * Em 2010, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 14249 milhões de euros, o que representa um agravamento de 191 milhões de euros face ao período homólogo. Este resultado incorpora o acréscimo de 1001 milhões de euros, na despesa de 2010, associado à regularização de responsabilidades financeiras pelo pagamento de dois submarinos. Excluindo esta operação, o saldo do subsector Estado apresentaria uma melhoria de 810 milhões de euros.

O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 651 milhões de euros, representando um aumento de 71,6 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.

Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) registaram um excedente na execução orçamental de 2262,4 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 1517 milhões de euros face ao ano anterior. O saldo global dos SFA está, no entanto, influenciado pela integração dos Fundos de Pensões da Portugal Telecom na Caixa Geral de Aposentações, em particular pela parte da receita transferida em 2010 (1882,1 milhões de euros).

Comércio Internacional

O presente Boletim Mensal de Economia Portuguesa apresenta uma análise dos principais resultados preliminares das Estatísticas do Comércio Internacional para o período de **janeiro a novembro de 2010** e para o **comércio intra e extracomunitário**.

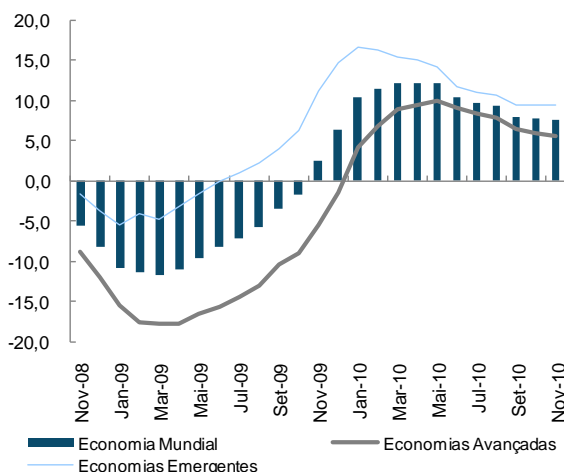
- * Segundo os **resultados preliminares do comércio internacional** para o mês de novembro de 2010, que inclui estimativas preliminares para o Comércio intra e extra comunitário, o saldo negativo da balança comercial (*fob/cif*) recuperou 8,7% *no trimestre terminado em novembro de 2010*, face ao período homólogo do ano anterior. As saídas de mercadorias aumentaram 12,8% e as entradas 4,6%, o que se traduziu numa melhoria de 4,8 p.p. da taxa de cobertura (*fob/cif*) face ao período homólogo anterior, que atingiu os 66,6%.
- * Entre *janeiro e novembro de 2010*, as saídas e as entradas de mercadorias registaram variações homólogas positivas (14,8% e 9,6%, respetivamente), o que conduziu a um agravamento de 1% do défice da balança comercial (*fob/cif*). Em sentido oposto, o comportamento das saídas e das entradas levou a que a taxa de cobertura das entradas pelas saídas de mercadorias fosse superior à do período homólogo anterior em 3 p.p., continuando as exportações a representar 65,1% das importações. *Excluindo os produtos energéticos*, a taxa de cobertura (*fob/cif*) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 71,3% e o saldo negativo da balança comercial (*fob/cif*) recuperou 5% relativamente ao período homólogo anterior.
- * *No período compreendido entre janeiro e novembro de 2010*, todos os grupos de produtos continuam a apresentar taxas de variação homóloga positivas e, conseqüentemente, contributos positivos para o crescimento total das saídas. O mesmo se pode dizer relativamente aos *últimos 12 meses a terminar no mês de novembro de 2010*, período em que as saídas registaram um crescimento homólogo de 14,1%.
- * De *janeiro a novembro de 2010*, as expedições para o *mercado comunitário* registaram um crescimento homólogo de 14,3%, tendo as expedições para países da UE-15 crescido 13,9% e 22,6% para os países do Alargamento. Salienta-se o comportamento positivo das saídas de mercadorias para países como a Alemanha e a Espanha (ambos com uma taxa de crescimento homólogo de 13,6%). As expedições de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 11,9% para o Reino Unido e 8,7% para a França.
- * *Nos primeiros onze meses de 2010*, as *exportações para os Países Terceiros* registaram uma variação homóloga positiva de 16,6%. Destacam-se as taxas de crescimento das saídas para países como o México (+90,6%), Brasil (+49,3%), Marrocos (+39,8%) e Turquia (+32,8%). As exportações de mercadorias para os EUA registaram uma variação homóloga positiva de 31,4%. Angola destaca-se como sendo o único país que continua a contribuir negativamente para o crescimento das saídas (-17%).
- * De *janeiro a novembro de 2010*, as saídas de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 14,2%. Os produtos de média alta intensidade tecnológica foram aqueles que mais contribuíram para o crescimento das saídas de produtos industriais transformados (+5,5 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

A recuperação da economia mundial prosseguiu no 4.º trimestre, mas o dinamismo do crescimento apresentou-se mais moderado. A produção industrial mundial abrandou no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2010 para 7,7% em termos homólogos (9% no 3.º trimestre), tendo a desaceleração sido mais acentuada para as economias avançadas.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



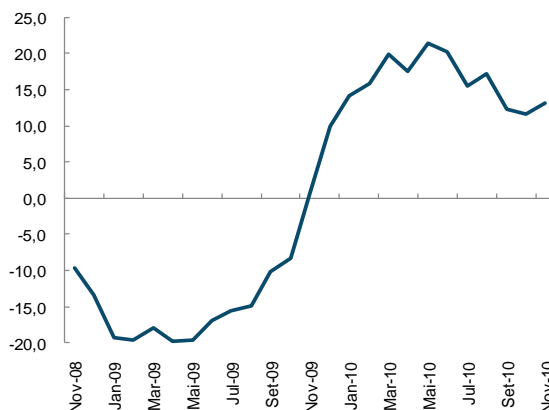
Fonte: CPB.

Na parte final do ano de 2010, assistiu-se, de novo, a um ligeiro recrudescimento do comércio mundial de mercadorias, tendência que se estendeu tanto ao nível das importações como das exportações mundiais.

De facto, e de acordo com as projeções do CPB (Centro de Análises Económica dos Países Baixos) em novembro de 2010 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou 13,1% (11,7% em outubro);
- as importações e as exportações mundiais aceleraram para 12,4% (10,6% em outubro) e para 13,8% (12,7% em outubro), respetivamente.

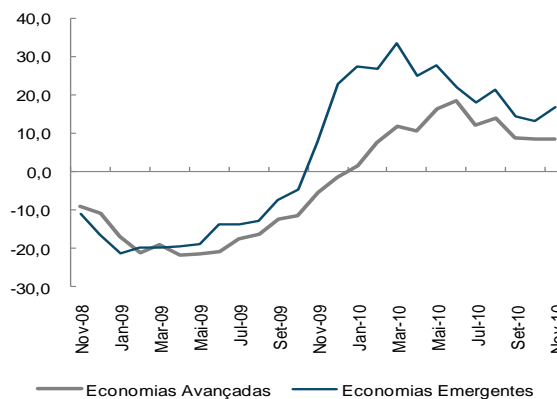
Figura 1.2. Comércio Mundial de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Esta recuperação das trocas comerciais no final do 4.º trimestre de 2010, foi, ao nível das importações, extensível tanto às economias avançadas como às economias emergentes; enquanto em termos de exportação, esta tendência ascendente deu-se unicamente nas economias emergentes, tendo-se verificado uma estabilização nas economias avançadas.

Figura 1.3. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

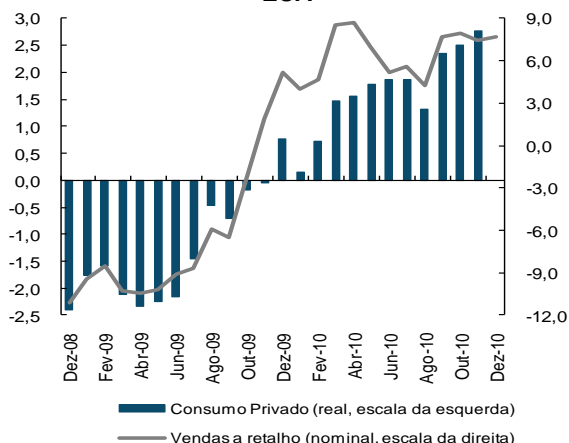
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	-6,2	-5,5	2,4	11,3	11,6	9,0	9,4	7,9	7,8	7,6
Economias Avançadas	VH	CPB	-13,1	-12,7	-5,3	6,6	9,5	7,6	7,9	6,4	6,0	5,7
Economias Emergentes	VH	CPB	1,6	2,4	10,7	16,1	13,6	10,4	10,7	9,4	9,5	9,4
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	-13,1	-13,6	0,4	16,7	19,7	15,0	17,2	12,3	11,7	13,1
Importações Mundiais	VH	CPB	-13,6	13,6	-0,1	16,6	19,6	14,4	17,3	11,3	10,6	12,4
Economias Avançadas	VH	CPB	-15,7	-15,4	-6,2	6,9	15,2	11,6	14,1	8,7	8,5	8,6
Economias Emergentes	VH	CPB	-10,9	-11,4	7,9	29,2	24,9	17,8	21,2	14,4	13,1	16,7
Exportações Mundiais	VH	CPB	-12,6	-13,5	0,9	16,8	19,9	15,5	17,0	13,3	12,7	13,8
Economias Avançadas	VH	CPB	-15,8	-15,8	-3,8	12,7	16,5	13,3	15,0	11,2	11,2	11,2
Economias Emergentes	VH	CPB	-9,0	-10,9	6,1	21,2	23,3	17,9	19,1	15,5	14,3	16,4

Atividade Económica Extra-UE

No 4.º trimestre de 2010, os indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores nos **EUA** fortaleceram-se e o consumo privado apresentou um forte crescimento. Porém, tanto a produção industrial como as exportações abrandaram.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA



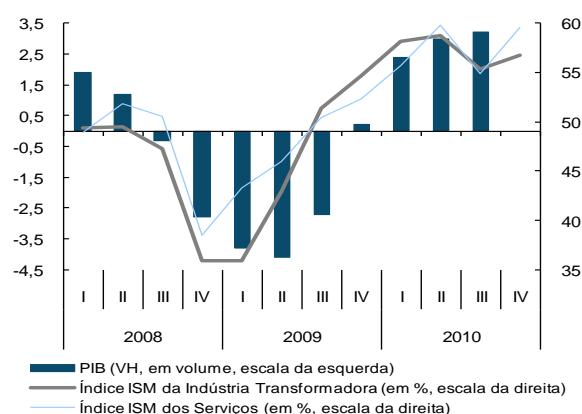
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

De facto, neste período, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 7,8% em termos nominais (5,8% no 3.º trimestre);
- a produção industrial desacelerou para 5,8% (7% no 3.º trimestre);
- a taxa de desemprego manteve-se em 9,6%, salientando-se, contudo, a diminuição registada em dezembro, tendo-se situado no valor mais baixo desde agosto de 2009;
- a taxa de inflação homóloga subiu ligeiramente para 1,3% (1,2% no 3.º trimestre).

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2010 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 2,6% em termos reais (1,8% no 3.º trimestre) e as exportações registaram um crescimento de 14,8% em termos nominais (16,7% no 3.º trimestre).

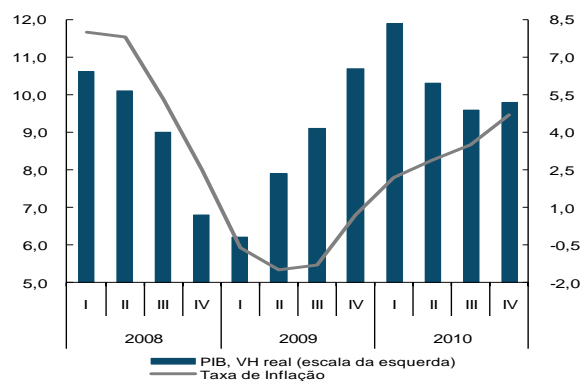
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 4.º trimestre de 2010, o PIB da **China** acelerou para 9,8% em termos homólogos reais (9,6% no 3.º trimestre) devido sobretudo à continuação de um forte crescimento da procura interna. No conjunto do ano de 2010, as exportações recuperaram, tendo aumentado 31% em termos homólogos nominais (-16% em 2009). A taxa de inflação homóloga subiu para 4,7% no 4.º trimestre, o valor mais elevado desde o último trimestre de 2008, em resultado da forte aceleração dos preços dos produtos alimentares. Esta aceleração conduziu à implementação de medidas restritivas no domínio monetário, nomeadamente na subida de taxas de juro de referência, de crédito e de débito a um ano, para 2,75% e 5,81%, respetivamente, que ocorreu em 26 de dezembro de 2010.

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

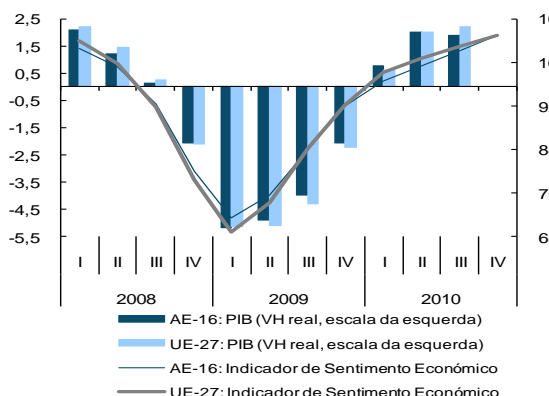
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009					2010			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
EUA – PIB real	VH	BEA	:	0,2	2,4	3,0	3,2	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	5,7	-3,8	2,7	7,4	7,0	5,8	6,3	5,8	5,6	5,9
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,3	54,6	58,2	58,8	55,4	56,8	54,4	56,9	56,6	57,0
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,5	52,3	55,7	59,8	54,9	59,6	52,8	58,4	57,0	63,5
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	71,8	70,2	73,9	73,9	68,3	71,3	68,2	67,7	71,6	74,5
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,6	10,0	9,7	9,6	9,6	9,6	9,6	9,7	9,8	9,4
China – PIB real	VH	NBSC	10,3	10,7	11,9	10,3	9,6	9,8	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	31,3	0,9	30,3	41,0	32,5	25,8	25,1	22,9	34,9	19,5
Japão – PIB real	VH	COGJ	:	-1,8	5,5	3,5	5,0	:	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2010, o indicador de sentimento económico subiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado sobretudo da melhoria da confiança dos empresários da indústria e do comércio a retalho.

Figura 1.7. PIB e Sentimento Económico da UE e AE

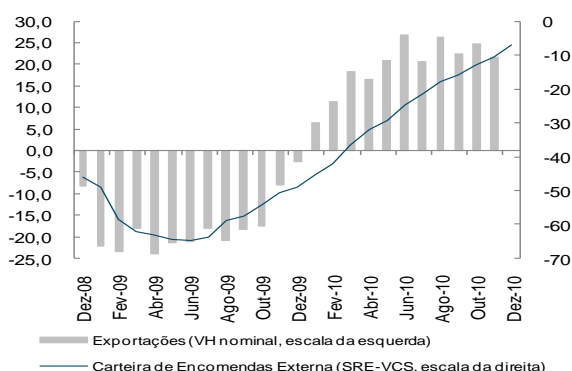


Fontes: CE; Eurostat.

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2010, a atividade industrial e as exportações da AE mantiveram um forte dinamismo; enquanto as vendas a retalho desaceleraram. Em termos homólogos:

- a produção industrial acelerou para 7,2% (7,1% no 3.º trimestre);
- as exportações aumentaram 23,2% em termos nominais (23,1% no 3.º trimestre);
- as vendas a retalho abrandaram, tendo crescido 0,8% em termos reais (1,4% no 3.º trimestre).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

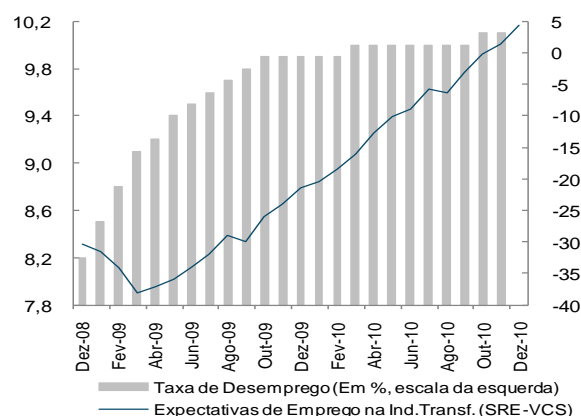
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009	2010				2010			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	:	-2,2	0,6	2,0	2,2	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,8	92,2	98,2	100,8	103,0	105,0	103,6	103,9	105,1	106,1
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	:	-2,0	0,8	2,0	1,9	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,8	91,9	96,6	99,3	102,2	105,0	103,2	103,8	105,1	106,2
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	:	-7,2	4,6	9,0	7,1	:	5,8	7,2	7,2	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	:	-1,1	0,5	0,7	1,4	:	1,7	1,2	0,4	:
Taxa de Desemprego	%	"	:	9,9	9,9	10,0	10,0	:	10,0	10,1	10,1	:
IHPC	VH	"	16	0,4	1,1	1,5	1,7	2,0	1,8	1,9	1,9	2,2

Em novembro de 2010, a taxa de desemprego estabilizou tanto na AE como na UE, mantendo-se em 10,1% e em 9,6%, respetivamente.

Em dezembro de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora e para o comércio a retalho.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

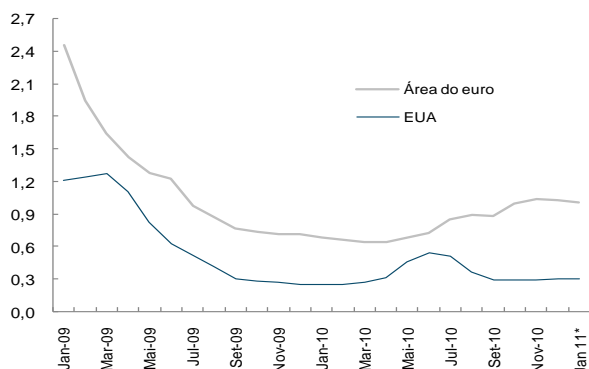
Em dezembro de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 2,2% (1,9% nos meses de outubro e novembro) em resultado sobretudo da aceleração dos preços de energia e dos produtos alimentares. Porém, a taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados estabilizou em 1,1%, pelo 2.º mês consecutivo.

Em 2010, a taxa de inflação média da área do euro aumentou para 1,6% (0,3% em 2009), para a qual contribuiu a subida dos preços de energia e a aceleração em menor amplitude, dos produtos alimentares não transformados. Porém, excluindo os preços de energia e dos produtos alimentares não transformados, a taxa de inflação média anual foi de 1% (1,3% em 2009).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo subiram ligeiramente tanto na área do euro como nos EUA, situando-se, em janeiro de 2011, em média até ao dia 20, em 1,00% e em 0,30%, respetivamente (0,81% e 0,34%, em média, no ano de 2010, respetivamente).

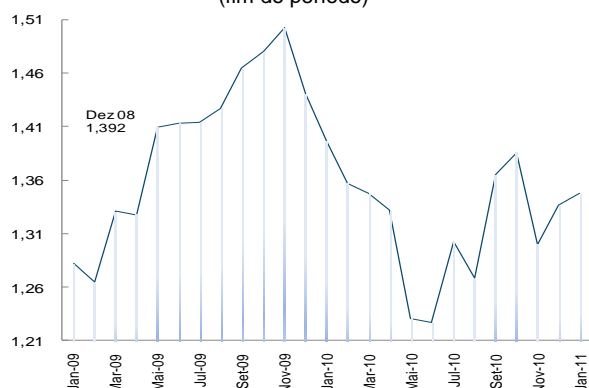
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (média do período, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 20.

Em dezembro de 2010, as taxas de juro de longo prazo aumentaram nos EUA e na União Europeia, refletindo a divulgação de indicadores favoráveis das respetivas economias. Na área do euro, as tensões relacionadas com o risco de dívida soberana persistiram em alguns países.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

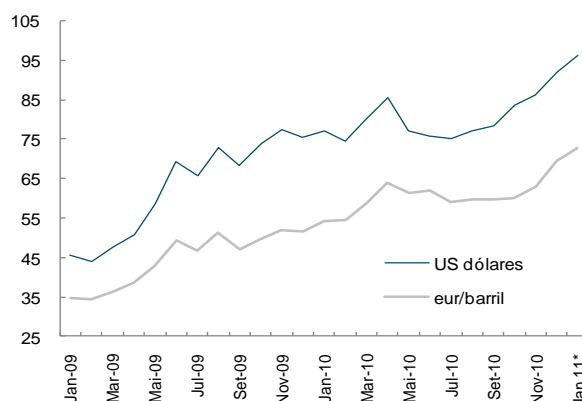


Fonte: Banco de Portugal. Para janeiro, o valor é do dia 20.

Em janeiro de 2011, o euro tem vindo a apreciar-se face ao dólar, situação para a qual tem, em parte, contribuído a expectativa de um acordo no seio da UE no sentido de resolver o risco de dívida soberana existente em alguns países da área do euro. De facto, no dia 19, o euro situou-se em 1,35 face ao dólar, o valor mais elevado dos últimos 2 meses, correspondendo a uma apreciação de 1% face ao final do ano de 2010.

Em dezembro de 2010, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 66,5 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em janeiro, e até dia 20, o preço do petróleo *Brent* apresentou uma forte subida para se situar, em média, em 96 USD/bbl (73 €/bbl) associada, em parte, à perspetiva de um crescimento robusto da procura mundial em 2011.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 20.

No 4.º trimestre de 2010, o preço das matérias-primas não energéticas aumentou 27% em termos homólogos (20% no 3.º trimestre), devido sobretudo à forte aceleração dos preços dos produtos alimentares e agrícolas, especialmente acentuada para o milho, trigo e açúcar. Para esta evolução contribuiu a conjugação de uma procura sustentada aliada às perturbações na oferta destes produtos, originadas por condições meteorológicas adversas no Hemisfério Sul.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009	2010					2010			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,01	0,70	0,63	0,77	0,89	1,01	0,89	1,05	1,03	1,01	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,22	3,45	3,72	3,49	2,79	2,86	2,65	2,54	2,76	3,29	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	:	3,68	3,71	3,61	3,46	:	3,41	3,37	3,76	:	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,336	1,441	1,348	1,227	1,365	1,336	1,365	1,386	1,300	1,336	
Dow Jones *	VC	Yahoo	110	7,4	4,1	-10,0	10,4	7,3	7,7	3,1	-10	5,2	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-5,8	3,2	-1,1	-12,2	6,8	16	4,8	3,5	-6,8	5,4	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	80,21	75,51	77,22	79,53	76,87	87,23	78,20	83,59	86,20	91,90	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	28,4	37,5	68,9	33,5	11,4	15,5	14,4	13,3	11,3	22,0	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	34,9	22,4	59,0	43,1	23,4	25,8	27,5	20,8	21,5	34,9	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	60,0	53,1	56,1	61,3	60,5	62,0	59,3	59,0	60,5	66,5	

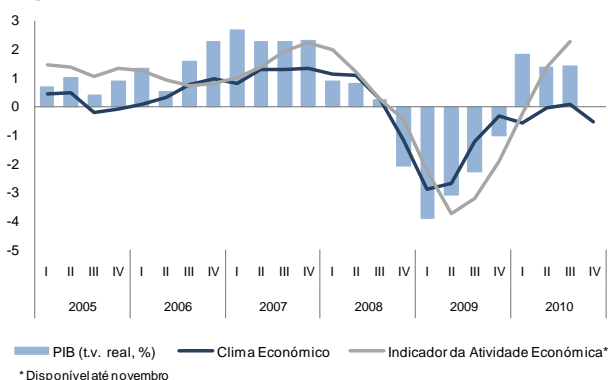
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010 e 2011 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 4.º trimestre de 2010, verificou-se um agravamento do indicador de clima económico que atingiu, no mês de dezembro, o valor mais baixo desde agosto de 2009. Ainda assim, em termos anuais este indicador melhorou face ao comportamento verificado no ano transato. O indicador de atividade económica desacelerou em novembro pelo terceiro mês consecutivo, interrompendo o crescimento que se vinha a verificar desde agosto do ano passado.

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica

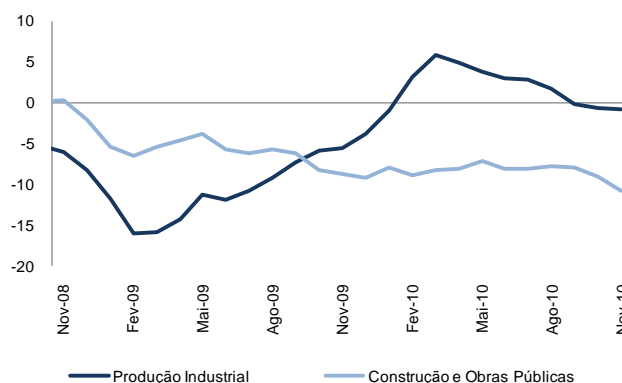


Fontes: INE.

Nos meses de outubro e novembro os dados quantitativos mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção agravou-se em relação ao 3.º trimestre (-0,6% e -0,2%, respetivamente) tal como o índice de volume de negócios que desacelerou 1,1 p.p. (6,7% face a 7,9% no 3.º trimestre).
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 11,1% o que se traduz num agravamento de 3,2 p.p. em relação ao 3.º trimestre;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou um crescimento de 0,2% o que constitui uma desaceleração de 1,1 p.p. em relação ao 3.º trimestre, enquanto o índice comércio a retalho caiu 1,8% quando no 3.º trimestre tinha apresentado um crescimento de 0,2%.

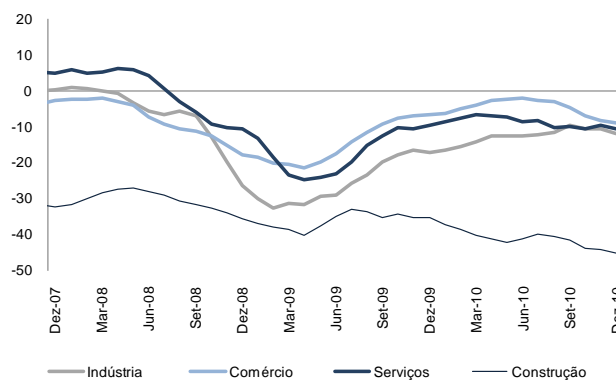
Figura 2.2. Índices de Produção (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No 4.º trimestre de 2010 registou-se um agravamento nos indicadores de confiança em todos os setores de atividade económica, embora tenha sido nos serviços onde esse agravamento foi menos significativo. Em termos anuais, verificou-se em 2010 uma forte recuperação da confiança dos empresários na generalidade dos setores de atividade, com exceção da construção que continuou a acentuar as quebras que se vinham a verificar.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

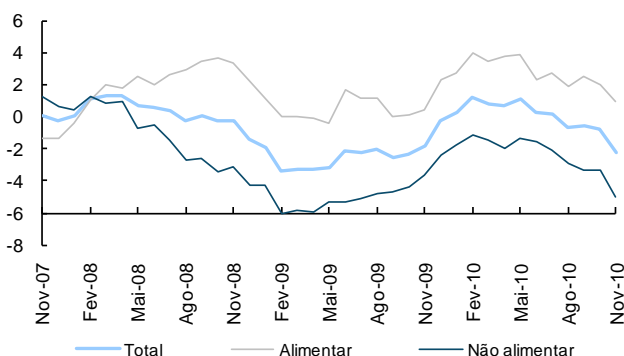
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010											
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez			
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-2,5	-10	17	14	14	:	:	:	:	:			
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-18	-0,3	-0,6	0,0	0,1	-0,5	0,1	-0,1	-0,5	-10			
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-24,4	-17,1	-14,1	-12,7	-9,6	-12,0	-7,6	-12,9	-11,4	-11,9			
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-13,5	-6,7	-4,0	-2,1	-4,8	-9,0	-7,0	-10,0	-8,0	-9,1			
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-17,1	-9,5	-6,6	-8,7	-9,8	-10,5	-8,3	-8,2	-12,4	-10,9			
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-36,0	-35,4	-40,2	-41,4	-41,6	-45,3	-42,0	-45,6	-45,1	-45,1			
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,9	-3,9	5,9	3,0	-0,2	:	-13	-17	0,4	:			
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-17,9	-6,7	10,7	10,5	7,9	:	6,9	3,4	10,3	:			
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-11,8	-7,1	14	5,0	13	:	18	-2,6	3,1	:			

Consumo Privado

No final do mês de novembro, considerando a média dos últimos 3 meses, o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou um decréscimo de 2,2% em termos homólogos, um agravamento de 1,4 p.p. face ao valor registado em outubro. Para tal contribuiu a evolução na categoria dos bens alimentares onde se verificou um crescimento de 1% (1 p.p. abaixo do valor de outubro) e na categoria dos bens não alimentares onde se observou um decréscimo de 5% (1,7 p.p. acima do de outubro).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

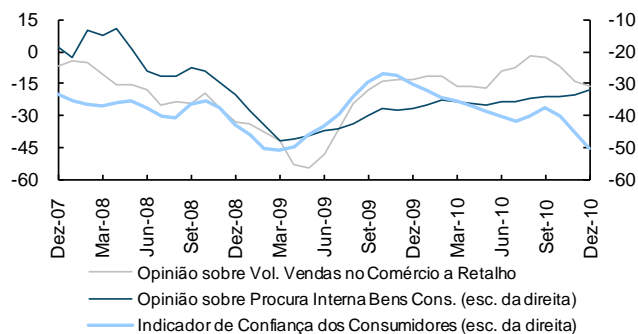


Fonte: INE.

Em dezembro verificou-se uma melhoria no índice de confiança dos consumidores, bem como na opinião dos empresários em relação à avaliação do nível de atividade no setor do comércio a retalho e na avaliação do comportamento da procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria.

Essas melhorias não foram suficientes contudo para contrabalançar a evolução dos meses passados, pelo que no 4.º trimestre se assistiu a uma degradação dos indicadores face ao trimestre anterior, com exceção da procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria que apresentou uma ligeira melhoria.

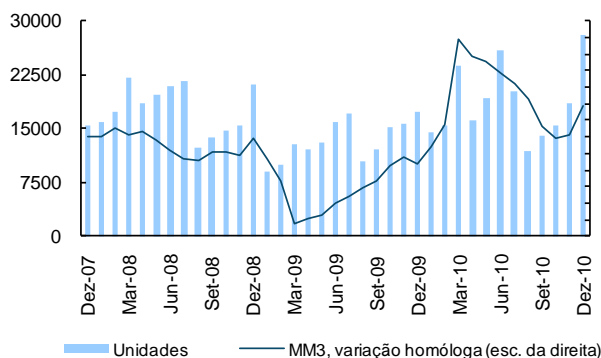
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em dezembro, refletindo, em parte, a antecipação de compras motivada pelo fim dos incentivos ao abate e o aumento da taxa normal do IVA em 2011, foram vendidos mais de 28 mil veículos, o valor mais alto desde abril de 2000, representando um crescimento de 61,9% em termos homólogos. No 4.º trimestre verificou-se assim um crescimento homólogo de 28,9% (12,8 p.p. acima do trimestre anterior). No ano de 2010 o crescimento face a 2009 foi de 38,8%.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

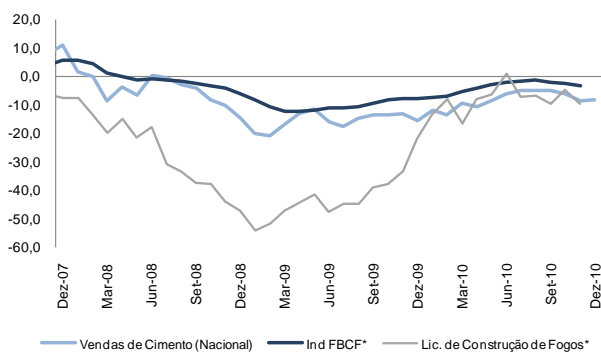
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009					2010			
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-1,0	0,2	2,6	2,8	1,3	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-30	-35	-40	-37	-50	-34	-49	-51	-50
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-30	-13	-17	-9	-3	-16	-7	-14	-20	-14
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-2,0	-0,2	0,8	0,3	-0,6	-	-0,6	-1,2	-4,8	-
Bens alimentares	VH	"	1,0	2,3	3,5	2,4	2,6	-	2,4	2,2	-1,6	-
Bens não alimentares	VH	"	-4,6	-2,4	-1,4	-1,5	-3,4	-	-3,3	-4,2	-7,6	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-24,5	-6,0	69,1	48,8	16,1	28,9	15,1	1,0	19,2	61,9
Importações de bens de consumo***	VH	INE	-3,3	-1,8	1,7	1,3	-0,7	3,9	-2,8	7,0	4,9	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o 4.º trimestre de 2010, mostram a continuação da contração do investimento. Para este resultado deverá ter contribuído o investimento em construção, apesar de se ter verificado uma recuperação da componente de material de transporte principalmente no mês de dezembro, em resultado de uma antecipação ao aumento do IVA.

Figura 2.7. Indicadores de Investimento
(VH, MM3)



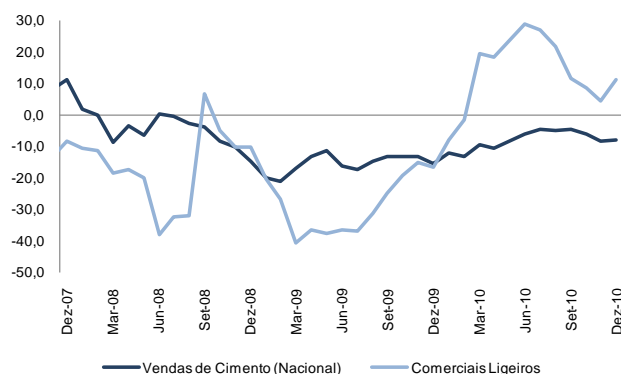
* Disponível até Novembro

Fonte: INE.

Assim, os dados disponíveis para o 4.º trimestre mostram que, em termos homólogos:

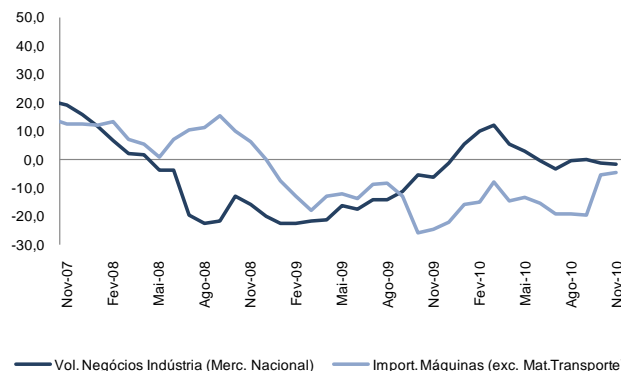
- as vendas de cimento acentuaram a quebra face ao 3.º trimestre (-8% e -4,7%, respetivamente);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma ligeira desaceleração (11,4% face 11,6% no 3.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso recuperaram face ao 3.º trimestre.

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros (VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE

Nos meses de outubro e novembro e em termos médios homólogos, as licenças de construção caíram 9,8% o que significa um ligeiro agravamento face ao 3.º trimestre (0,1 p.p.). Por seu lado, as importações de bens de capital, exceto material de transporte recuperaram fortemente face ao 3.º trimestre (-1,9% e -19,3%, respetivamente). No mês de novembro o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional recuperou face ao mês anterior, tendo apresentado um crescimento de 1,5% depois da quebra de 6,1% registada em outubro.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

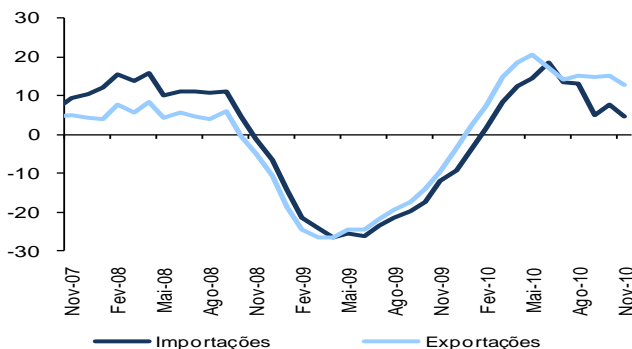
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009	2010				2010			
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-116	-115	-2,9	-4,8	-7,0	:	:	:	:	
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-0,1	-7,9	-5,1	-2,1	-18	:	-2,8	-3,2	-3,7	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-6,5	-6,6	-9,4	-6,1	-4,7	-8,0	-4,5	-11,4	-9,4	-0,8
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-16,8	19,6	29,0	116	114	8,1	6,7	-0,6	25,7
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-39,4	-48,7	-33,7	-3,6	-10,7	39,9	-20,4	-17,5	10,4	53,4
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-37	-27	-52	-22	-32	-21	-32,5	-30,0	-8,7	-21,3
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-38,9	-217	-16,6	13	-9,7	:	-8,7	-7,7	-11,7	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	:	-22,0	-7,7	-15,4	-19,3	:	-9,7	15	-4,9	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-12,7	-13	12,3	-0,2	0,1	:	0,0	-6,1	15	:

* no Comércio por Grosso; ** exceto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos médios, nos meses de outubro e novembro os dados relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE apontam para uma aceleração em termos nominais das importações de 0,8 p.p. e uma desaceleração das exportações de 3,3 p.p., em relação ao 3.º trimestre. Em termos médios homólogos, as exportações cresceram 11,6% e as importações 5,8%.

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

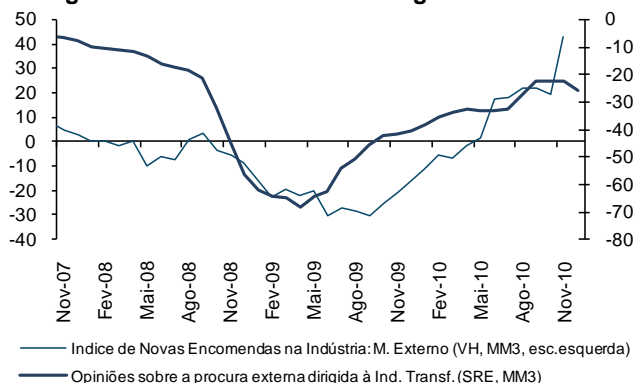


Fonte: INE.

Em termos médios, nas importações verificou-se uma aceleração da componente intracomunitária em 4,8 p.p. que superou a forte desaceleração da componente extracomunitária (9% face a 22,7% no 3.º trimestre). Nas exportações o abrandamento registou-se em ambas as componentes, tendo a componente intracomunitária crescido 11,8% e a extra 11,1%, quando no 3.º trimestre esse crescimento tinha sido de 15% e 14,5%, respetivamente.

Nos meses de outubro e novembro, e em termos médios, as novas encomendas à indústria do mercado externo aceleraram fortemente face ao crescimento verificado no 3.º trimestre (55,6% face a 22% no 3.º trimestre), enquanto a procura externa na indústria desacelera 5,1 p.p., tendo crescido nestes dois meses 12% em termos médios.

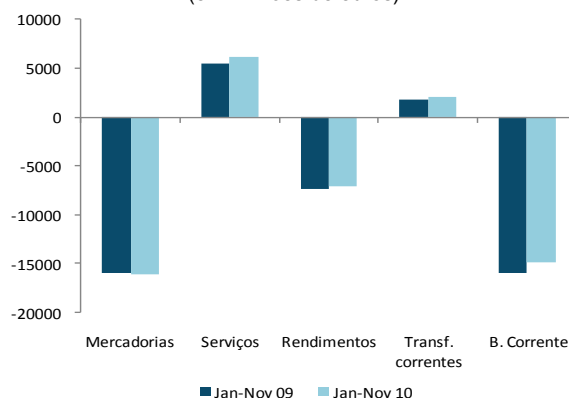
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até ao mês de novembro de 2010, o défice acumulado da balança corrente foi de 14 921 milhões de euros, o que representa uma redução de 1 049 milhões de euros face a igual período de 2009. Este resultado traduz uma melhoria em quase todos os saldos, essencialmente, o aumento do excedente da balança de serviços em 733 milhões de euros.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

Também o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 849 milhões de euros face a igual período do ano anterior, o que se traduz numa menor necessidade de financiamento externo da economia.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-11,7	-15,4	-9,7	-15	8,7	9,1	9,2	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-10,6	-14,5	-8,5	-3,7	5,5	9,8	15	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,7	7,1	8,2	7,4	7,1	8,5	5,9	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-9,3	-8,4	-9,9	-7,6	-8,7	-10,0	-6,3	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-18,4	-24,3	-17,3	-3,5	14,8	17,3	14,9	23,1	15,3	9,4	13,9
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-20,0	-26,2	-19,6	-9,1	8,3	13,7	5,0	16,4	2,4	7,0	4,5

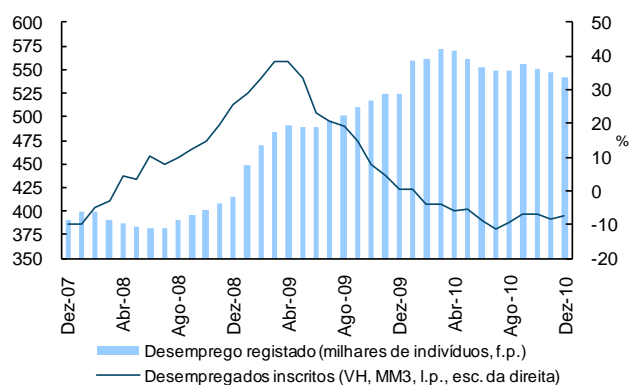
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010		Variação Acumulada
				Nov	Jan-Nov	Nov	Jan-Nov	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁹ euros	BP	-15 869	-1 682	-14 677	-1 460	-13 828	849
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 496	-1 609	-15 925	-1 424	-16 111	-186
Saldo Balança de Serviços	"	"	5 983	392	5 445	485	6 178	733
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 883	-632	-7 293	-746	-7 041	252
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 135	-1	1 803	87	2 052	249

Mercado de Trabalho

No final do ano, de acordo com os dados do IEFP, os desempregados registados ascendiam a 541 mil, um crescimento homólogo de 3,3%, 1.1. p.p. abaixo do valor de novembro, mantendo-se assim a tendência de desaceleração verificada ao longo de 2010. Foi igualmente o terceiro mês consecutivo de diminuição do número de desempregados inscritos.

Considerando a média dos 12 meses o n.º de desempregados registados seria de 556 mil, 12,2% superior ao valor de 2009.

Figura 2.13. Desemprego (%)



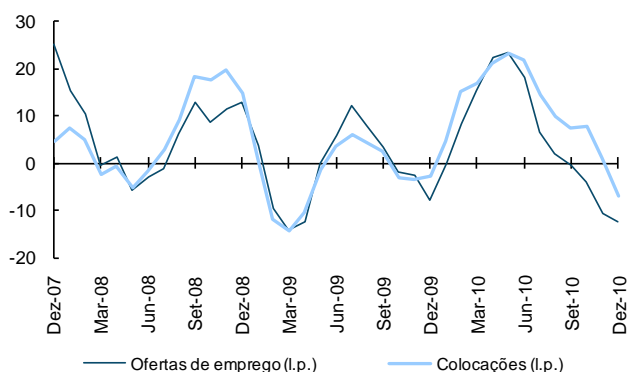
Fonte: IEFP.

Em valores absolutos observou-se um acréscimo de cerca de 17 mil desempregados face a dezembro de 2009 e uma diminuição de mais de 5 mil em relação a novembro de 2010.

O número de desempregados inscritos mensalmente apresentou, em dezembro, um decréscimo em termos homólogos de 0,8%, mantendo-se a tendência de redução que já vem desde dezembro de 2009.

Quer as ofertas de emprego, quer as colocações conseguidas mantiveram a tendência de decréscimo, situando-se o rácio das colocações sobre ofertas nos 50%.

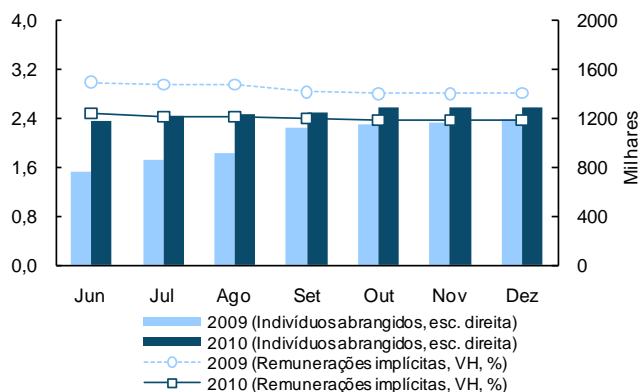
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) até ao final de 2010 foi de 1 294 mil, um crescimento de 8,6% em termos homólogos, representado mais 103 mil que em 2009.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MTSS.

O crescimento das remunerações implícitas nos IRCT foi de 2,4% em 2010, exibindo assim uma desaceleração de 0,4 p.p face ao valor registado em 2009.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

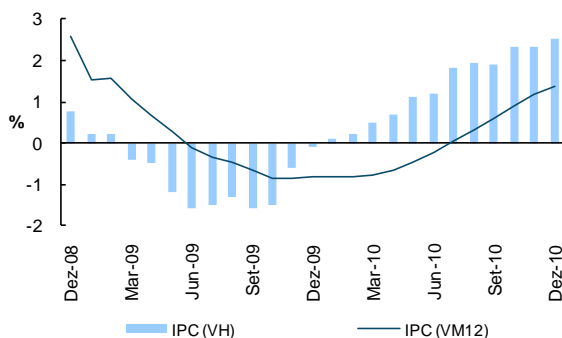
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009					2010			
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	10,1	10,6	10,6	10,9	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-3,0	-1,8	-1,7	-1,1	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	26,1	18,1	12,7	8,9	3,3	8,9	6,4	4,4	3,3
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	0,4	-3,9	-9,1	-6,8	-7,5	-5,4	-13,3	-6,5	-0,8
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	-7,7	15,4	18,1	-0,3	-12,4	-7,9	-13,3	-11,7	-12,1
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	2,8	1,9	2,5	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,1	2,9	-0,3	1,2	-0,2	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	3,4	2,0	2,0	1,6	0,8	:	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em dezembro assistiu-se a uma aceleração do crescimento do Índice de Preços no Consumidor (IPC), com uma taxa de variação homóloga de 2,5%, 0,2 p.p. acima da do mês anterior, e um crescimento em cadeia de 0,3% (0,1 p.p. acima do de novembro), levando a que a taxa de inflação em 2010 se tenha situado em 1,4%, 2,2 p.p. acima da inflação de 2009.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

As categorias que mais contribuíram para este crescimento foram os transportes, a habitação, água e eletricidade e os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas com aumentos em termos homólogos de 6,6%, 5,4% e 2,9%, respetivamente. Apenas nas categorias saúde, calçado e vestuário e comunicações se verificaram decréscimos de 2,1%, 1,9% e 2%, respetivamente.

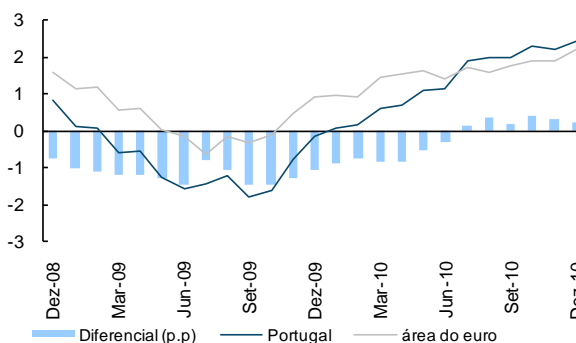
A taxa de variação homóloga dos preços dos bens aumentou para 3,4%, 0,4 p.p. acima do valor registado em novembro, facto determinante para o aumento da taxa de variação do IPC, enquanto que, nos serviços, a taxa de variação homóloga se manteve nos 1,2%.

A inflação subjacente em dezembro (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) foi de 0,9%, 0,2 p.p. abaixo do registado em novembro, aumentando o diferencial face ao IPC total para 1,6 p.p. (0,4 p.p. superior ao de novembro).

Em dezembro a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor foi de 2,4%, 0,2 p.p. acima da variação homóloga na área euro (2,2%), diminuindo em 0,1 p.p. o diferencial verificado em novembro.

Ainda assim, em termos anuais o IHPC português situou-se em 1,4%, 0,2 p.p. abaixo da área do euro.

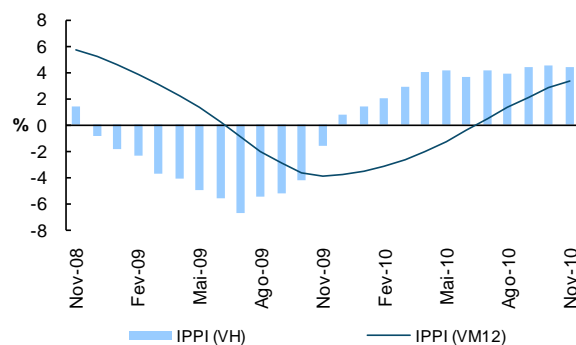
Figura 2.17. IHPC
(VH)



Fonte: Eurostat.

No Índice de Preços na Produção Industrial em novembro observou-se um crescimento homólogo de 4,5%, 0,1 p.p. abaixo do registado em outubro.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fontes: INE.

Por agrupamentos industriais verifica-se que são os produtos intermédios e a energia, com crescimentos de 5% e 9%, respetivamente, que mais contribuem para o aumento observado. Já nas secções, os maiores contributos para a variação homóloga provêm do aumento de 4,1% nas Indústrias Transformadoras e de 6,6% na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

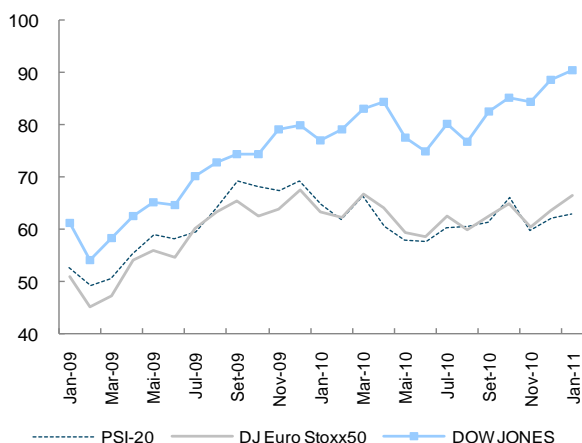
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010											
				Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,4	0,2	0,2	0,1	-0,2	0,2	0,4	0,2	0,3			
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	0,7	1,1	1,2	1,8	1,9	1,9	2,3	2,3	2,5			
Índice de Preços no Consumidor	VM 12	"	14	-0,7	-0,5	-0,2	0,0	0,3	0,6	0,9	1,2	1,4			
IPC – Bens	VH	"	17	0,8	1,2	1,4	2,4	2,6	2,6	3,2	3,0	3,4			
IPC – Serviços	"	"	10	0,6	0,9	0,7	1,2	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2			
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,2	-0,5	-0,1	0,2	0,6	0,8	0,6	0,4	1,1	0,9			
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	:	4,1	4,2	3,7	4,2	3,9	4,4	4,6	4,5	-			
IHPC	"	"	14	0,7	1,1	1,1	1,9	2,0	2,0	2,3	2,2	2,4			
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	-0,2	-0,8	-0,5	-0,3	0,2	0,4	0,2	0,4	0,3	0,2			

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais apresentaram uma tendência ascendente no decurso do mês de janeiro de 2011, associados, em parte, à obtenção de indicadores macroeconómicos favoráveis e à divulgação de resultados positivos de empresas dos EUA e da área.

Assim, em termos médios e, até 19 de janeiro, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* aumentaram 2,7% e 1,3%, respetivamente, face ao final de dezembro de 2010.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(abril 2007=100, fim do período)

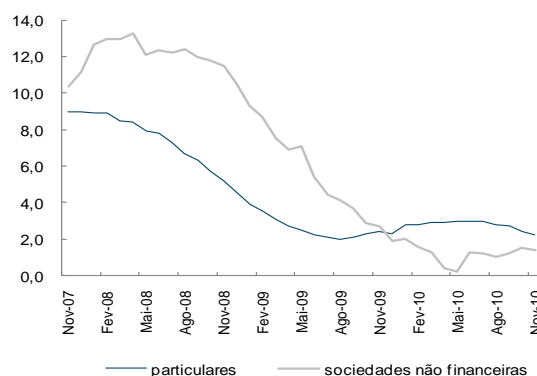


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para janeiro, o valor é do dia 19.

O índice PSI-20, também apresentou um movimento ascendente, embora menos pronunciado do que os índices bolsistas internacionais. Em termos médios e, até 19 de janeiro, o índice PSI-20 subiu 0,3% face ao final do ano de 2010.

Em novembro de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao setor privado não financeiro diminuiu para 1,9% (2% em outubro), tendência que abrangeu tanto o crédito destinado às empresas como para aquele que foi destinado aos particulares, o qual teve uma desaceleração mais acentuada.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

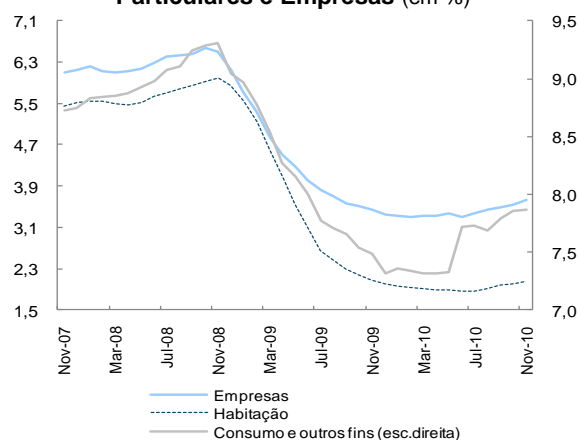


Fonte: Banco de Portugal.

De facto, o ritmo de crescimento do crédito destinado aos particulares diminuiu para 2,2% (2,4% em outubro), movimento esse que foi extensível aos empréstimos destinados à habitação e ao consumo.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas, tendo a subida sido um pouco mais pronunciada para o último caso.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

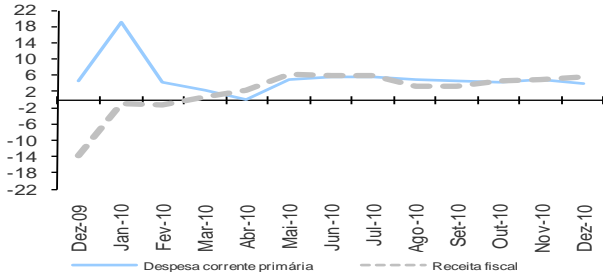
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010											
				abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,6	5,2	4,7	5,2	5,2	5,4	6,3	6,2	7,1	6,6			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	365	220	200	257	251	331	400	378	439	365			
PSI 20*	VC	CMVM	-10,3	-8,6	-4,5	-0,1	4,3	0,3	1,5	7,7	-9,4	3,6			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	:	3,1	3,1	3,3	3,2	3,1	3,0	2,8	2,6	:			
- para consumo	va**	"	:	2,4	2,7	2,1	2,5	2,1	1,8	1,2	0,7	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	:	0,4	0,2	1,3	1,2	1,0	1,2	1,5	1,4	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	:	1,89	1,88	1,86	1,86	1,91	1,97	2,01	2,06	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	:	3,33	3,37	3,31	3,37	3,43	3,49	3,54	3,64	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em 2010, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 14249 milhões de euros, o que representa um agravamento de 191 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 9277 milhões de euros, 226 milhões de euros acima do registado no ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



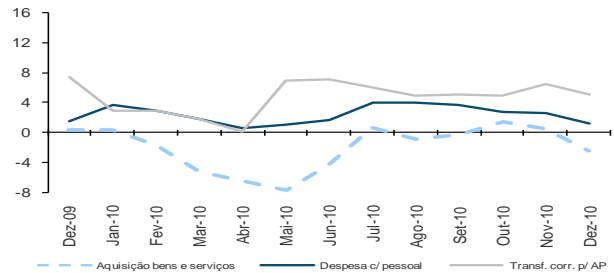
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 5,5%, justificado pelo acréscimo de 9,2% na receita dos impostos indiretos e de 0,8% dos impostos diretos. As rubricas que mais influenciaram a evolução dos impostos indiretos foram o IVA, com um crescimento de 11,7%, seguido do ISV e IS, com aumentos de 16,7% e 6,9%, respetivamente. Com impacto menor na evolução da receita fiscal encontram-se, ainda, o imposto de consumo sobre o tabaco (25,3%), o imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas (1,1%) e o imposto sobre os produtos petrolíferos (-1%). No caso dos impostos diretos, verificam-se aumentos das receitas do IRC em 1,1% e do IRS em 0,8; e
- um crescimento da despesa total em 3,7%, devido ao aumento da despesa corrente em 3,4% e da despesa de capital em 6,3%, fortemente influenciada pela regularização das responsabilidades financeiras associadas ao pagamento de dois submarinos. O principal contributo para a variação da despesa corrente é dado pelo aumento em 6,9% das transferências correntes, corrigidas da compensação pelo pagamento de pensões da responsabilidade do Estado¹, refletindo, sobretudo, o comportamento das transferências para a Segurança Social e para o SNS.

As despesas com o pessoal registam um crescimento de 1,1%, em termos comparáveis², denotando desde julho uma desaceleração no seu crescimento, enquanto as outras despesas correntes aumentaram 2,7%. Nos subsídios observou-se novamente uma quebra, de 11%, assim como nos juros e outros encargos que diminuíram 0,7% em resultado da redução das taxas de juro de curto prazo em 2009 e em parte de 2010, com impacto nos encargos relativos a Certificados de Aforro e Bilhetes do Tesouro.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida. Fontes: DGO e GPEARI.

No final de dezembro, a dívida direta do Estado situou-se em 157,8 mil milhões de euros, registando um aumento de 4049 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida refletiu, essencialmente, a emissão líquida de Bilhetes do Tesouro e emissões ao abrigo do programa EMTN. Os saldos dos Certificados do Tesouro e CEDIC também contribuíram para o aumento do stock da dívida. Contrariamente, observou-se uma amortização líquida dos Certificados de Aforro. As variações cambiais verificadas em dezembro contribuíram para a redução do stock de dívida em 53 milhões de euros.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	30-Nov-10		Dez-10			31-Dez-10
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transaccionável	126 545	4 746	1 883	- 53	129 354	
Bilhetes do Tesouro	16 696	2 565	0	0	19 261	
Obrigações do Tesouro	105 946	0	0	0	105 946	
Não Transaccionável	21 181	7 366	6 127	0	22 420	
Certificados de Aforro	15 734	41	305	0	15 471	
CEDIC	4 681	4 749	4 542	0	4 887	
Total	147 726	12 112	8 010	- 53	151 775	

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2009		2010		2010			
	Jan a Dez	2010	Jan a Dez	2010	Set	Out	Nov	Dez
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	34716	36307	85,7	89,1	1,9	3,2	4,0	4,6
Receita corrente	34166	35500	98,1	102,7	1,4	2,7	3,3	3,9
Impostos diretos	13489	13598	98,9	102,1	-5,5	-1,3	-0,3	0,8
Impostos indiretos	17164	18734	99,4	105,8	10,4	9,2	9,0	9,2
Despesa Total	48773	50556	97,4	96,7	2,0	2,8	2,6	3,7
Despesa corrente primária	40013	41592	98,2	98,4	4,6	4,2	4,9	3,9
Despesa corrente	45020	46564	98,2	97,4	3,3	4,3	4,0	3,4
Despesa com pessoal	11484	11374	99,2	98,2	1,4	0,7	0,4	-1,0
Aquisição bens e serviços	1391	1356	85,3	85,1	-0,3	1,4	0,5	-2,5
Subsídios	785	699	98,0	96,5	-3,4	-9,3	-9,5	-11,0
Juros	5007	4972	98,7	90,4	-5,7	4,9	-2,3	-0,7
Transferências corr. p/ AP	23278	24714	99,7	99,6	6,1	6,0	7,6	6,2
Saldo Global	-14057	-14249	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-9051	-9277	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

¹ Em 2010, os encargos com a saúde nas instituições integradas no SNS dos trabalhadores dos serviços de administração direta do Estado passaram a ser suportadas pela dotação orçamental destinada ao financiamento do SNS.

² Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

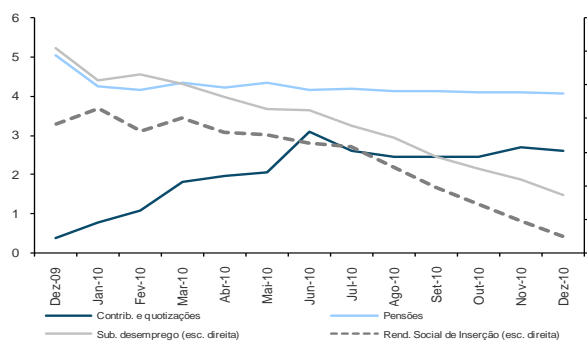
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Em 2010, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 651 milhões de euros, representando um aumento de 71,6 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face a 2009, caracterizou-se por:

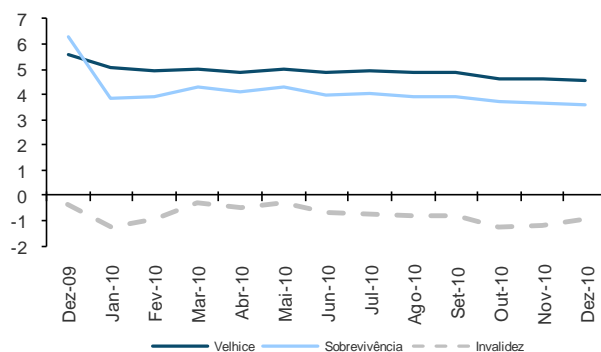
- um aumento da receita corrente em 4,3% derivado do aumento da maioria das rubricas: transferências correntes da Administração Central (10%), contribuições e quotizações (2,6%), outras receitas correntes (1,8%) e IVA social (1,3%). Em sentido inverso, registou-se uma diminuição de 10,2% nas transferências provenientes do Fundo Social Europeu; e
- um aumento da despesa corrente em 4,2%, refletindo, principalmente, a subida da despesa em prestações sociais, nomeadamente, pensões (4,1%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (8,6%), outras prestações (5,4%), complemento solidário para idosos (16,7%), rendimento social de inserção (2,4%) e ação social (3,5%). No que respeita ao número de beneficiários, destaca-se um decréscimo de 18,6% no subsídio de desemprego e de 22,8% no subsídio de doença. As ações de formação profissional continuam a apresentar crescimentos (19,3%), com o aumento de 24,3% nas ações suportadas pelo Fundo Social Europeu.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



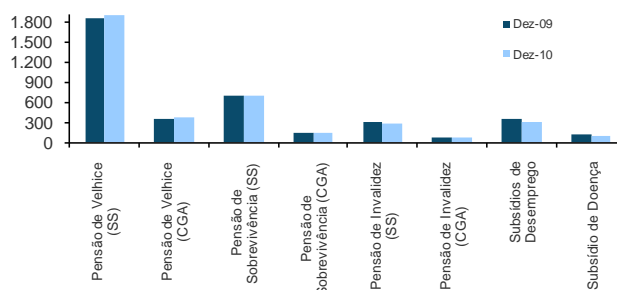
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em 2010, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 1745,7 milhões de euros, fortemente influenciado pela transferência dos fundos de pensões da PT para a CGA, a qual representou em 2010, um encaixe de 1882,1 milhões de euros. Excluindo esta receita, o défice da CGA seria de 136,4 milhões de euros, o qual compara com 197,1 milhões de euros no período homólogo. A receita corrente cresceu 4,7%, devido ao aumento das contribuições em 17,8%. A despesa corrente aumentou 3,5%, refletindo, principalmente, os aumentos da despesa em pensões (3,6%).

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2009		2010		2009		2010			
	Jan a Dez		Jan a Dez		Jan a Dez		Jan a Dez			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	22849	23836	4,3	90,0	89,7	7957	10183	28,0	98,1	98,2
Contribuições e quotizações	13132	13473	2,6	89,3	89,7	3554	4187	17,8	86,2	95,2
Transferências correntes da Adm. Central	7185	7900	10,0	91,6	91,4	4220	4013	-4,9	99,5	99,8
Despesa Total	22270	23185	4,1	87,4	85,2	8154	8437	3,5	99,4	99,9
Pensões	13465	14012	4,1	85,7	85,7	8115	8400	3,5	99,4	99,9
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	2045	2221	8,6	90,2	91,0	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	4569	4628	1,3	111,0	96,8	-	-	-	-	-
Saldo Global	579	651	-	-	-	-197	1746	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Em 2010, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 2262,4 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 1517 milhões de euros face ao mesmo período de 2009¹. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas².

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um aumento na receita de 4,7%, explicada pelo aumento da receita de capital em 47,7%, cujo comportamento traduz o aumento observado das transferências de capital (41,6%). A receita corrente aumentou 0,4%, refletindo a evolução das rubricas Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE e transferências correntes; e
- uma redução da despesa em 1,4%, que tem em consideração o decréscimo da despesa de capital em 43,3% e o aumento da despesa corrente em 2,6%. Para a redução da despesa de capital contribuíram as quebras das transferências de capital (-46,3%) e do investimento (-4%). A despesa corrente apresenta aumentos na aquisição de bens e serviços (12,1%), transferências correntes (2,6%) e nos juros e outros encargos (10,9%).

Serviço Nacional de Saúde

Em 2010, o défice provisório do SNS, na componente integrada nos serviços da administração pública e na ótica da contabilidade pública, cifrou-se em 38,3 milhões de euros, registando uma diminuição de 277 milhões de euros face ao saldo do ano anterior.

A execução orçamental, face a 2009, caracterizou-se por:

- um aumento de 6,8% na receita devido ao crescimento das transferências correntes em 7,7%. Em sentido contrário, as transferências de capital diminuíram 68,2%; e
- um acréscimo da despesa em 10,3%, justificada pelo aumento da aquisição de bens e serviços (14,2%), enquanto que a generalidade das outras rubricas registaram decréscimos: despesa com pessoal (-6%), outras despesas correntes (-29,7%) e as transferências correntes (-15%). A despesa de capital apresentou um aumento de 9%, refletindo o aumento das transferências de capital (99,9%). Refira-se, novamente, que o comportamento da despesa reflete, em parte, os efeitos das alterações de universo consideradas, nomeadamente as operações de empresarialização de hospitais ocorridas no final do ano de 2009, as quais se consubstanciam, principalmente, numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)						Serviço Nacional de Saúde			
	2009		2010		2010		2009		2010	
	Jan a Dez		Jan a Dez		Nov	Dez	Jan a Dez		Nov	Dez
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	25 091	26 276	86,7	86,1	-2,3	4,7	8 546	9 124	5,3	6,8
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 793	4 193	106,8	97,6	8,7	10,5	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	14 885	15 777	94,3	97,7	7,6	6,0	8 201	8 849	6,6	7,9
Despesa Total	24 346	24 014	83,7	89,8	-2,2	-1,4	8 308	9 162	7,5	10,3
Despesa com pessoal	3 000	2 908	83,3	84,7	-10,5	-3,1	1 078	1 013	-24,6	-6,0
Aquisição de bens e serviços	7 926	8 883	88,8	98,0	3,1	12,1	6 836	7 810	4,4	14,2
Transferências correntes	10 024	10 290	94,51	94,1	2,6	2,6	124	105	-22,2	-15,0
Saldo Global	746	2 262	-	-	-	-	238	-38	-	-

Fonte: DGO.

¹ Influenciado pelo efeito da transferência dos fundos de pensões da PT para a CGA.

² Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

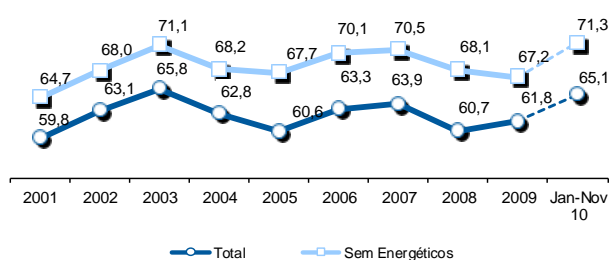
3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de janeiro a novembro de 2010, as saídas de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 14,8 e as entradas 9,6% [3]. O défice da balança comercial (fob/cif) agravou-se em 1% (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, as saídas e as entradas de mercadorias registaram taxas de variação homóloga positivas de 12,6% e 6,9%, respetivamente.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	Janeiro a Novembro			VH	
	2009	2010	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	29.251	33.593	14,8	12,8	14,1
Entradas (cif)	47.085	51.613	9,6	4,6	8,3
(fob)	44.867	49.182	9,6	4,6	8,3
Saldo (fob-cif)	-17.834	-18.020	1,0	-8,7	-0,8
(fob-fob)	-15.616	-15.589	-0,2	-10,5	-2,0
Cobertura (fob/cif)	62,1	65,1	-	-	-
(fob/fob)	65,2	68,3	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	27.810	31.309	12,6	13,2	11,9
Entradas (cif)	41.100	43.938	6,9	2,8	5,9
(fob)	39.164	41.868	6,9	2,8	5,9
Saldo (fob-cif)	-13.290	-12.629	-5,0	-18,4	-6,0
(fob-fob)	-11.354	-10.560	-7,0	-22,0	-8,0
Cobertura (fob/cif)	67,7	71,3	-	-	-
(fob/fob)	71,0	74,8	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	7.169	8.360	16,6	13,0	13,9
Importações (cif)	10.224	12.794	25,1	9,6	20,9
(fob)	9.742	12.191	25,1	9,6	20,9
Saldo (fob-cif)	-3.055	-4.434	45,1	3,1	37,5
(fob-fob)	-2.573	-3.831	48,9	2,0	40,6
Cobertura (fob/cif)	70,1	65,3	-	-	-
(fob/fob)	73,6	68,6	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0.9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº01/2011").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o período de janeiro a novembro de 2010 correspondem a versões preliminares. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas e 250 mil para as expedições, em 2010). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] "Saídas": somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "Exportações" para os Países Terceiros. "Entradas": somatório das "Chegadas" com origem nos países comunitários com as "Importações" provenientes dos Países Terceiros.

Entre janeiro e novembro de 2010, as exportações passaram a representar 65,1% das importações, (+ 3 p.p. que em igual período no ano passado). Excluindo os produtos energéticos, essa taxa continuou a ser superior à do total dos produtos (71,3%) (Figura 3.1 e Quadro 3.1).

Nos últimos 12 meses a terminar em novembro, as saídas de mercadorias cresceram 14,1% e as entradas 8,3%. O défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 0,8%.

De janeiro a novembro de 2010, as exportações continuaram a crescer a uma taxa superior à das expedições (16,6% e 14,3%, respetivamente). O mesmo sucedeu com as importações (25,1%) e as chegadas (5,3%). Este comportamento traduziu-se num desagravamento do défice da balança comercial Intra UE (-8,1%) e a um agravamento do défice da balança comercial com os países terceiros (+45,1%) (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial: janeiro a novembro

Janeiro a Novembro	valores em milhões de Euros		
	2009	2010	TVH
Intra + Extra UE			
Saídas	29 251	33 593	14,8
Entradas	47 085	51 613	9,6
Saldo (fob-cif)	- 17 834	- 18 020	1,0
Cobertura (fob/cif)	62,1	65,1	-
Intra UE			
Expedições	22 082	25 233	14,3
Chegadas	36 861	38 819	5,3
Saldo (fob-cif)	- 14 779	- 13 586	-8,1
Cobertura (fob/cif)	59,9	65,0	-
Extra UE			
Exportações (Fob)	7 169	8 360	16,6
Importações (Cif)	10 224	12 794	25,1
Saldo (fob-cif)	- 3 055	- 4 434	45,1
Cobertura (fob/cif)	70,1	65,3	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2009	2010	TVH	2009	2010	TVH
Jan	4 048	4 014	-0,9	2 473	2 608	5,5
Fev	3 775	4 230	12,1	2 424	2 719	12,1
Mar	4 430	5 029	13,5	2 649	3 333	25,8
Abr	3 997	4 485	12,2	2 524	2 962	17,4
Mai	3 984	4 679	17,4	2 572	3 048	18,5
Jun	4 408	5 544	25,8	2 703	3 137	16,1
Jul	4 697	4 645	-1,1	3 117	3 402	9,2
Ago	3 590	4 177	16,4	2 041	2 512	23,1
Set	4 747	4 861	2,4	2 857	3 295	15,3
Out	4 691	5 018	7,0	2 980	3 261	9,4
Nov	4 718	4 932	4,5	2 911	3 315	13,9
Dez	4 283			2 517		
1º Trim	12 253	13 273	8,3	7 546	8 659	14,8
2º Trim	12 389	14 708	18,7	7 799	9 148	17,3
3º Trim	13 034	13 683	5,0	8 015	9 210	14,9
4º Trim	13 692			8 407		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Saídas de Mercadorias

Entre janeiro e novembro de 2010, as saídas de mercadorias registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 14,8%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação foi de 12,6% (Quadros 3.1 e 3.4).

Entre janeiro e novembro de 2010, todos os grupos de produtos continuaram a contribuir positivamente para o crescimento das saídas de mercadorias.

No período compreendido entre janeiro e novembro de 2010, as saídas de produtos “Energéticos” foram as que mais contribuíram para o crescimento homólogo do total das saídas, com uma taxa de crescimento homólogo de 58,5%. De referir, ainda, o crescimento homólogo das saídas dos grupos de produtos “Madeira, Cortiça e Papel” (+25,8%), “Químicos” (+22,3%), “Minérios e Metais” (+20,8%) e “Material de Transporte” (+19,8%). Os grupos de produtos “Energéticos” (+2,9 p.p.), “Químicos” (+2,5 p.p.), “Material de Transporte” (+2,3 p.p.) e “Madeira, Cortiça e Papel” (+2,2 p.p.) também continuaram a ser aqueles que mais contribuíram para o comportamento positivo das saídas de mercadorias.

No último ano a terminar em novembro de 2010, as saídas registaram uma variação homóloga positiva de 14,1%. As saídas de todos os grupos de produtos continuam a registar taxas de variação homóloga positivas e, conseqüentemente, contributos positivos para o crescimento total das saídas.

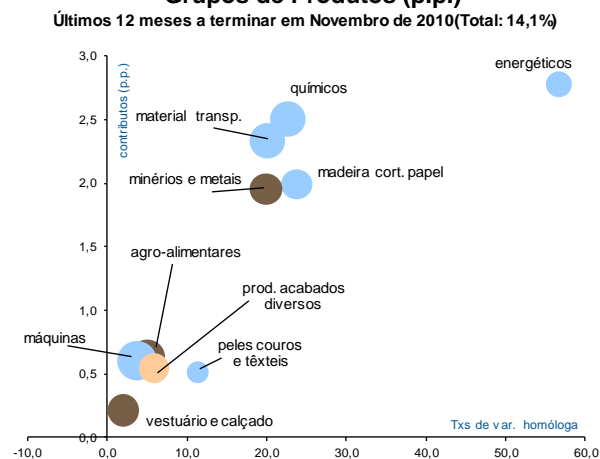
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses.

A análise da figura e dos valores que constam no Quadro 3.4 validam a importância relativa dos contributos dos diferentes grupos de produtos no crescimento das saídas de mercadorias.

Neste período, destaca-se o comportamento dos grupos de produtos “Energéticos” (+56,7%) e “Madeira, Cortiça e Papel” (+23,7%). Excluindo os produtos energéticos, o crescimento das saídas foi de 11,9% (Quadro 3.4).

Nos últimos 12 meses os produtos “Energéticos” continuaram a ser os que mais contribuíram para a taxa de crescimento das saídas (+2,8 p.p.), o que se deveu à paralisação da refinaria de Sines entre a segunda quinzena de janeiro de 2009 até ao final de fevereiro de 2010. De destacar, ainda, os contributos significativos para o crescimento total das saídas dos produtos “Químicos” (+2,5 p.p.), “Material de Transporte (+2,3 p.p.), “Madeira, cortiça e papel” e “Minérios e Metais” (ambos com +2 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Saídas de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período em análise.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	Jan-Nov		Annual		Jan-Nov		últimos 12 meses		Jan-Nov	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010	VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	29 251	33 593	100,0	100,0	100,0	100,0	14,1	14,1	14,8	14,8
000 Agro-Alimentares	3 702	3 903	8,1	12,7	12,7	11,6	5,0	0,6	5,4	0,7
100 Energéticos	1 441	2 284	2,7	5,0	4,9	6,8	56,7	2,8	58,5	2,9
200 Químicos	3 300	4 036	9,4	11,3	11,3	12,0	22,6	2,5	22,3	2,5
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 437	3 066	9,0	8,8	8,3	9,1	23,7	2,0	25,8	2,2
400 Peles, Couros e Têxteis	1 334	1 487	5,6	4,6	4,6	4,4	11,3	0,5	11,5	0,5
500 Vestuário e Calçado	3 195	3 272	14,0	10,9	10,9	9,7	1,9	0,2	2,4	0,3
600 Minérios e Metais	2 869	3 465	8,3	9,8	9,8	10,3	20,0	2,0	20,8	2,0
700 Máquinas	4 734	5 032	19,6	16,2	16,2	15,0	3,6	0,6	6,3	1,0
800 Material de Transporte	3 464	4 149	15,0	11,7	11,8	12,4	20,1	2,3	19,8	2,3
900 Produtos Acabados Diversos	2 776	2 898	8,2	9,0	9,5	8,6	5,8	0,5	4,4	0,4
Por memória:										
Total sem energéticos	27 810	31 309	97,3	95,0	95,1	93,2	11,9	11,3	12,6	12,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

* Somatório das “Expedições” de mercadorias para a UE com as “Exportações” para Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Entre janeiro e novembro de 2010, as expedições para os países da UE registaram um crescimento homólogo de 14,3%, sendo que as expedições com destino aos países da UE-15 aumentaram 13,9% e para os 12 Países do Alargamento 22,6%. As exportações para os Países Terceiros continuaram a registar uma taxa de crescimento homólogo superior à das expedições para a UE27, 16,6% (Quadro 3.5).

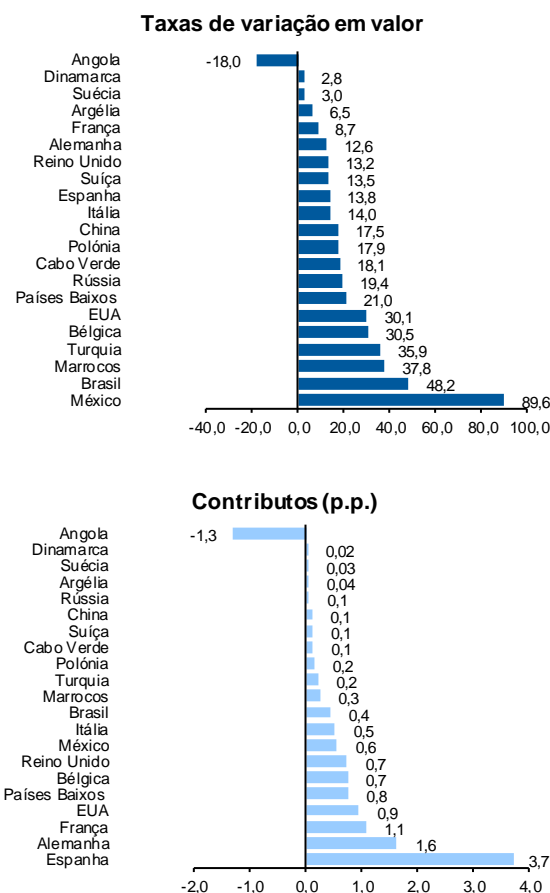
No que respeita às saídas com destino ao mercado comunitário, é de destacar as taxas de crescimento homólogo das expedições com destino à Alemanha e à Espanha (ambas de +13,6%). As expedições para a Espanha foram as que mais contribuíram para o crescimento total das saídas (+3,7 p.p.). As expedições de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 11,9% para o Reino Unido e 8,7% para a França.

Relativamente às saídas para os países terceiros, continuou a evidenciar-se o comportamento positivo do México (+90,6%), Brasil (+49,3%), Marrocos (+39,8%) e da Turquia (+32,8%). Angola destaca-se como o único mercado de destino para o qual as saídas registaram uma taxa de variação homóloga negativa (-17%).

A Figura 3.3 apresenta as taxas de variação em valor e os contributos dos diversos mercados para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses. Angola continua a ser o país responsável pela contribuição negativa mais acentuada (-1,3 p.p.) e Espanha pela maior contribuição positiva (+3,7 p.p.).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2010



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

Destino	Jan-Nov		Estrutura (%)				média anual 04-09*	Taxas de variação e contributos [2]			
	2009	2010	anual		Jan-Nov			12 meses [1]		Jan-Nov	
			2004	2009	2009	2010		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	29 251	33 593	100,0	100,0	100,0	100,0	0,5	14,1	14,1	14,8	14,8
Intra UE-27	22 082	25 233	81,5	75,4	75,5	75,1	-1,0	14,1	10,6	14,3	10,8
dos quais:											
UE-15	21 242	24 202	79,9	72,6	72,6	72,0	-1,4	13,8	10,0	13,9	10,1
Espanha	7906	8980	26,1	27,2	27,0	26,7	14	13,8	3,7	13,6	3,7
Alemanha	3830	4352	13,4	12,9	13,1	13,0	-0,2	12,6	1,6	13,6	1,8
França	3655	3973	13,8	12,4	12,5	11,8	-1,6	8,7	1,1	8,7	1,1
R.Unido	1672	1870	9,4	5,7	5,7	5,6	-8,9	13,2	0,7	11,9	0,7
Itália	1109	1275	4,4	3,8	3,8	3,8	-2,5	14,0	0,5	15,0	0,6
P.Baixos	1057	1292	4,1	3,6	3,6	3,8	-1,9	21,0	0,8	22,2	0,8
Bélgica	711	943	4,2	2,4	2,4	2,8	-9,9	30,5	0,7	32,7	0,8
Suécia	328	325	1,2	1,2	1,1	1,0	0,4	3,0	0,0	-0,8	0,0
Dinamarca	223	232	0,8	0,8	0,8	0,7	-0,9	2,8	0,0	4,0	0,0
Alargamento	841	1 031	1,6	2,9	2,9	3,1	13,5	22,7	0,6	22,6	0,7
Polónia	249	292	0,4	0,9	0,9	0,9	14,4	17,9	0,2	17,4	0,1
Extra UE-27	7 169	8 360	18,5	24,6	24,5	24,9	6,4	13,9	3,5	16,6	4,1
dos quais:											
Angola	2075	1721	2,2	7,1	7,1	5,1	27,3	-18,0	-13	-17,0	-12
EUA	920	1208	5,6	3,2	3,1	3,6	-10,3	30,1	0,9	31,4	1,0
Brasil	265	395	0,5	0,9	0,9	1,2	13,8	48,2	0,4	49,3	0,4
Suíça	270	306	0,9	0,9	0,9	0,9	1,1	13,5	0,1	13,4	0,1
C.Verde	204	245	0,5	0,7	0,7	0,7	9,8	18,1	0,1	19,9	0,1
China	194	212	0,3	0,7	0,7	0,6	17,3	17,5	0,1	19,1	0,1
Marrocos	198	276	0,5	0,7	0,7	0,8	8,4	37,8	0,3	39,8	0,3
México	193	368	0,2	0,6	0,7	1,1	23,4	89,6	0,6	90,6	0,6
Turquia	182	242	0,6	0,6	0,6	0,7	3,1	35,9	0,2	32,8	0,2
Argélia	184	192	0,1	0,6	0,6	0,6	36,3	6,5	0,0	4,8	0,0
Por memória:											
Rússia	90	111	0,2	0,3	0,3	0,3	12,8	19,4	0,1	24,2	0,1
PALOP	2452	2179	2,9	8,4	8,4	6,5	24,0	-12,2	-10	-11	-0,9
EFTA	352	387	1,2	1,2	1,2	1,2	0,1	10,4	0,1	10,1	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

[1] (Dez 09 - Nov 10) / (Dez 08 - Nov 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Entradas de Mercadorias

Entre janeiro e novembro de 2010, as entradas de mercadorias cresceram 9,6% relativamente ao período homólogo do ano anterior (Quadro 3.6).

As entradas de mercadorias provenientes do mercado comunitário registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 5,3%. As entradas provenientes dos países da UE-15 cresceram 5,2% e as provenientes dos países do Alargamento 8,6%. O crescimento homólogo das entradas provenientes do Reino Unido (+25,7%), da Suécia (+14,4%), e da Bélgica (+9,8%) continuou a destacar-se neste período.

A UE-27 continua a ser o principal mercado de origem das entradas representando 75,2% das entradas de mercadorias, correspondendo 72,8% às entradas com origem em países da UE-15. A Espanha continua a ser o principal mercado de origem das entradas de mercadorias (31,1% do total).

Entre janeiro e novembro de 2010, as entradas de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram, em termos homólogos, 25,1%, passando a representar 24,8% do total das entradas.

Continua a evidenciar-se o crescimento homólogo das importações provenientes da Líbia (+143,8%), Índia (+56%), China (+41,9%) e Arábia Saudita (+31,8%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 7% do total das entradas e continuaram a ser as que mais contribuíram para o crescimento das entradas de mercadorias (+2 p.p.).

No período compreendido entre janeiro e novembro de 2010, as entradas de "Energéticos" foram as que mais contribuíram para o crescimento das entradas de mercadorias (+3,6 p.p.). Em sentido oposto, as entradas de "Máquinas", que representaram 16,4% das entradas totais, contribuíram negativamente para o crescimento das entradas de mercadorias (-1,2 p.p.).

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif) Jan-Nov		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
			Anual		Jan-Nov		12 meses [1]		Jan-Nov	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	47 085	51 613	100,0	100,0	100,0	100,0	8,3	8,3	9,6	9,6
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	6 966	7 146	12,4	14,7	14,8	13,8	1,4	0,2	2,6	0,4
100-Energéticos	5 985	7 676	10,5	12,6	12,7	14,9	24,8	3,1	28,2	3,6
200-Químicos	7 164	7 925	13,7	15,2	15,2	15,4	10,4	1,6	10,6	1,6
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	2 166	2 368	5,0	4,6	4,6	4,6	7,9	0,4	9,3	0,4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 199	3 479	7,6	6,8	6,8	6,7	8,1	0,6	8,8	0,6
500-Minérios e Metais	3 866	4 435	9,7	8,3	8,2	8,6	12,5	1,0	14,7	1,2
600-Máquinas [3]	9 032	8 474	21,2	19,2	19,2	16,4	-8,2	-1,6	-6,2	-1,2
700-Material de Transporte [4]	5 644	6 956	14,1	12,2	12,0	13,5	24,2	2,9	23,3	2,8
800-Prod. Acabados Diversos	3 063	3 154	5,9	6,4	6,5	6,1	3,3	0,2	3,0	0,2
Total sem energéticos	41 100	43 938	89,5	87,4	87,3	85,1	5,9	5,2	6,9	6,0
Mercados de origem										
Intra UE-27	36 861	38 819	79,5	78,6	78,3	75,2	4,8	3,8	5,3	4,2
dos quais:										
UE-15	35 737	37 598	77,8	76,2	75,9	72,8	4,7	3,6	5,2	4,0
Espanha	15 233	16 055	31,2	32,6	32,4	31,1	5,3	1,7	5,4	1,7
Alemanha	6 268	6 832	14,4	13,3	13,3	13,2	7,0	0,9	9,0	1,2
França	3 901	3 773	9,3	8,3	8,3	7,3	-2,2	-0,2	-3,3	-0,3
Itália	2 718	2 969	6,2	5,8	5,8	5,8	8,8	0,5	9,2	0,5
Países Baixos	2 580	2 674	4,7	5,5	5,5	5,2	3,8	0,2	3,6	0,2
Reino Unido	1 550	1 948	4,6	3,3	3,3	3,8	21,8	0,7	25,7	0,8
Bélgica	1 333	1 464	2,9	2,8	2,8	2,8	7,5	0,2	9,8	0,3
Suécia	476	544	1,3	1,0	1,0	1,1	11,1	0,1	14,4	0,1
Irlanda	457	494	0,8	1,0	1,0	1,0	10,3	0,1	8,0	0,1
Alargamento	1 124	1 221	1,7	2,4	2,4	2,4	9,2	0,2	8,6	0,2
Extra UE-27	10 224	12 794	20,5	21,4	21,7	24,8	20,9	4,5	25,1	5,5
dos quais:										
Nigéria	1 159	1 276	1,4	2,4	2,5	2,5	10,4	0,2	10,0	0,2
China	1 023	1 452	0,9	2,2	2,2	2,8	32,0	0,7	41,9	0,9
Brasil	861	931	1,7	1,7	1,8	1,8	3,2	0,1	8,1	0,1
EUA	803	761	2,1	1,7	1,7	1,5	-6,6	-0,1	-5,3	-0,1
Noruega	569	509	1,1	1,1	1,2	1,0	-13,5	-0,2	-10,6	-0,1
Rússia	453	385	1,2	1,0	1,0	0,7	-3,9	0,0	-5,0	-0,1
Arábia Saudita	368	485	0,6	0,8	0,8	0,9	20,5	0,2	31,8	0,2
Líbia	302	737	0,7	0,6	0,6	1,4	149,2	0,9	143,8	0,9
Suíça	302	341	0,6	0,6	0,6	0,7	12,9	0,1	12,7	0,1
Japão	267	332	1,3	0,6	0,6	0,6	18,1	0,1	24,5	0,1
Turquia	261	295	0,7	0,6	0,6	0,6	13,0	0,1	13,1	0,1
Coreia do Sul	263	228	0,5	0,5	0,6	0,4	-12,1	-0,1	-13,1	-0,1
Argélia	273	181	1,0	0,5	0,6	0,3	-42,8	-0,3	-33,9	-0,2
Índia	243	379	0,4	0,5	0,5	0,7	50,2	0,3	56,0	0,3
OPEP[5]	2 716	3 639	4,5	5,8	5,8	7,0	29,4	1,7	34,0	2,0
EFTA	893	863	1,8	1,8	1,9	1,7	-5,1	-0,1	-3,3	-0,1
PALOP	152	598	0,1	0,4	0,3	1,2	258,1	0,9	294,9	0,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

[1] (Dez 09 - Nov 10) / (Dez 08 - Nov 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores.

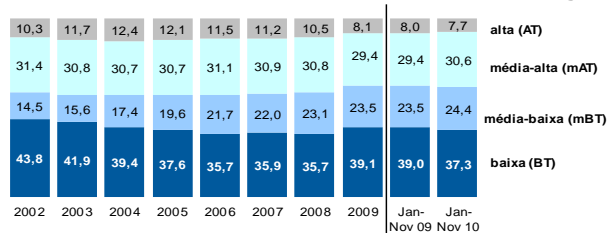
[4] Inclui tractores.

[5] Inclui Angola.

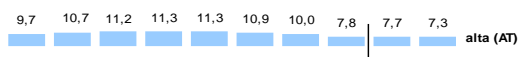
Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Entre janeiro e novembro de 2010, as saídas de produtos industriais transformados registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 14,2%. As saídas de produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa+média alta) continuaram a ser aquelas com peso no total das saídas de produtos industriais transformados (55%). Os produtos de média alta e de média baixa tecnologia foram aqueles cujas saídas registaram uma maior taxa de crescimento homólogo (18,6% e 18,1%, respetivamente), sendo que os primeiros foram os que mais contribuíram para as saídas de produtos industriais transformados (5,5 p.p.), seguidos dos produtos de média baixa intensidade tecnológica (+4,3 p.p.) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":

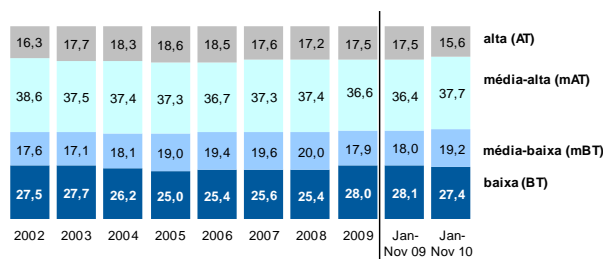


Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

No período compreendido entre janeiro e novembro de 2010, as saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* contribuíram para 37,3% do total das saídas de produtos industriais transformados e cresceram, em termos homólogos, 9,2%.

Apesar do peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* continuar a apresentar uma tendência decrescente (7,7% entre janeiro e novembro de 2010), as saídas deste tipo de produtos têm vindo a crescer, registando uma taxa de variação homóloga de 10,1%.

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Nota:

Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas. Os dados do período de janeiro a novembro de 2009 e 2010 são dados declarados.

Quadro 3.7. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Intensidade Tecnológica	2009	Janeiro a Novembro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2009	2010	média 2004-09	2009/08	Jan-Nov 2010/09	2008	2009	Jan-Nov		2009	Jan-Nov 2010
									2009	2010		
SAÍDAS*												
Total dos prod. indust. transformados	29 989 042	27 663 029	31 579 212	0,2	-18,2	14,2	100,0	100,0	100,0	100,0	-18,2	14,2
Alta tecnologia	2 414 667	2 217 863	2 442 218	-8,1	-37,1	10,1	10,5	8,1	8,0	7,7	-3,9	0,8
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 320 705	2 134 051	2 309 192	-6,6	-36,1	8,2	10,0	7,8	7,7	7,3	-3,6	0,6
Média-alta tecnologia	8 810 227	8 144 385	9 663 260	-0,7	-21,9	18,6	30,8	29,4	29,4	30,6	-6,7	5,5
Média-baixa tecnologia	7 034 011	6 514 473	7 690 802	6,3	-17,0	18,1	23,1	23,5	23,5	24,4	-3,9	4,3
Baixa tecnologia	11 730 137	10 786 308	11 782 932	0,1	-10,3	9,2	35,7	39,1	39,0	37,3	-3,7	3,6
<i>Por memória:</i>												
Total das Saídas	31 768 156	29 251 470	33 592 993	0,5	-18,4	14,8	100,0	100,0	100,0	100,0	-18,4	14,8
Residual [3]	1 779 113	1 588 441	2 013 781	7,1	-22,3	26,8	5,9	5,6	5,4	6,0	-1,3	1,5
ENTRADAS*												
Total dos prod. indust. transformados	43 472 102	39 794 712	42 445 358	0,5	-16,6	6,7	100,0	100,0	100,0	100,0	-16,6	6,7
Alta tecnologia	7 599 703	6 966 219	6 635 433	-0,5	-15,2	-4,7	17,2	17,5	17,5	15,6	-2,6	-0,8
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 928 309	6 349 436	6 300 638	-0,5	-15,7	-0,8	16,0	16,2	16,2	15,0	-2,5	-0,1
Média-alta tecnologia	15 918 624	14 486 322	16 018 310	0,0	-18,4	10,6	37,4	36,6	36,4	37,7	-6,9	3,8
Média-baixa tecnologia	7 797 767	7 175 483	8 164 413	0,3	-25,1	13,8	20,0	17,9	18,0	19,2	-5,0	2,5
Baixa tecnologia	12 156 009	11 166 688	11 627 201	1,8	-8,2	4,1	25,4	28,0	28,1	27,4	-2,1	1,2
<i>Por memória:</i>												
Total das Entradas	51 367 886	47 085 015	51 613 391	0,8	-20,0	9,6	100,0	100,0	100,0	100,0	-20,0	9,6
Residual [3]	7 895 784	7 290 303	9 168 034	3,2	-34,6	25,8	18,8	15,4	15,5	17,8	-6,5	4,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação. Os dados para os períodos de Janeiro a Novembro de 2009 e 2010 referem-se apenas a dados declarados.

Notas:

* Saídas: somatório das Expedições de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros; Entradas: somatório das Chegadas com o origem no espaço comunitário com as Importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Saídas/Entradas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Saídas (Entradas) – Saídas (Entradas) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

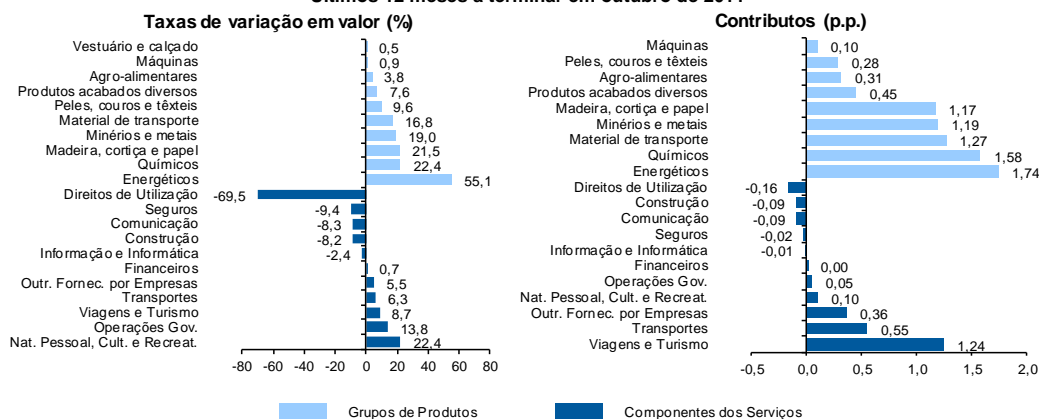
Os dados divulgados pelo Banco de Portugal para a Balança de Pagamentos, entre *janeiro e outubro de 2010*, apontam para um crescimento homólogo de 12,3% das “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços. A componente dos Bens destaca-se como aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (9,8 p.p.).

Neste período, a componente dos Serviços representou 32,6% do total das “Exportações” e contribuiu 2,5 p.p. para o crescimento das “exportações” totais. No que se refere às “Importações” (débitos) o seu peso no total foi de 16,7% (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços.

Continua a evidenciar-se o contributo positivo dos Produtos Energéticos (+1,7 p.p.). Do lado dos serviços, mas de menor significado, destacam-se os serviços inscritos na rubrica Viagens e Turismo (+1,2 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2011



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as “Exportações” de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das “exportações” de Bens. A distribuição do contributo das “Exportações” de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Saídas de Bens (somatório das “Expedições” de mercadorias para a UE com as “Exportações” para Países Terceiros).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Janeiro a Outubro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos					
	2009	2010	Anual		Jan-Out		média anual 04-09	12 meses [2]		Jan-Out		
			2004	2009	2009	2010		VH	contrib. p.p. [1]	VH	contrib. p.p. [1]	
CRÉDITO ("Exportações")												
Bens e Serviços	40 145	45 080	100,0	100,0	100,0	100,0	2,4	10,1	10,1	12,3	12,3	
Bens	26 484	30 401	72,4	66,2	66,0	67,4	0,6	12,3	8,1	14,8	9,8	
Serviços	13 661	14 679	27,6	33,8	34,0	32,6	6,6	5,7	1,9	7,5	2,5	
Transportes	3 457	3 815	5,3	8,6	8,6	8,5	12,6	6,3	0,6	10,4	0,9	
Viagens e Turismo	5 982	6 589	14,5	14,4	14,9	14,6	2,2	8,7	1,2	10,2	1,5	
Comunicação	414	391	0,8	1,0	1,0	0,9	6,1	-8,3	-0,1	-5,4	-0,1	
Construção	423	402	0,8	1,1	1,1	0,9	7,9	-8,2	-0,1	-4,9	-0,1	
Seguros	90	78	0,3	0,2	0,2	0,2	-0,7	-9,4	0,0	-13,2	0,0	
Financeiros	119	127	0,4	0,3	0,3	0,3	-3,1	0,7	0,0	6,4	0,0	
Informação e Informática	220	221	0,3	0,5	0,5	0,5	17,9	-2,4	0,0	0,2	0,0	
Direitos de Utilização	101	25	0,1	0,2	0,3	0,1	37,8	-69,5	-0,2	-75,4	-0,2	
Outr. Fornec. por Empresas	2 537	2 652	4,4	6,7	6,3	5,9	11,2	5,5	0,4	4,5	0,3	
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	180	219	0,4	0,5	0,4	0,5	7,8	22,4	0,1	22,2	0,1	
Operações Governamentais	139	160	0,4	0,3	0,3	0,4	1,5	13,8	0,0	14,7	0,1	
DÉBITO ("Importações" Fob)												
Bens e Serviços	49 408	53 943	100,0	100,0	100,0	100,0	1,6	6,3	6,3	9,2	9,2	
Bens	40 800	44 960	85,9	82,7	82,6	83,3	0,9	7,1	5,8	10,2	8,4	
Serviços	8 607	8 983	14,1	17,3	17,4	16,7	5,8	2,7	0,5	4,4	0,8	
Transportes	2 505	2 667	4,5	5,1	5,1	4,9	4,2	3,7	0,2	6,5	0,3	
Viagens e Turismo	2 290	2 492	4,0	4,5	4,6	4,6	4,0	6,7	0,3	8,8	0,4	
Comunicação	377	354	0,5	0,7	0,8	0,7	8,3	-7,1	-0,1	-6,2	0,0	
Construção	106	77	0,2	0,2	0,2	0,1	-1,3	-28,4	-0,1	-27,8	-0,1	
Seguros	161	198	0,4	0,3	0,3	0,4	-0,6	17,9	0,1	22,9	0,1	
Financeiros	151	192	0,3	0,3	0,3	0,4	4,8	13,8	0,0	27,3	0,1	
Informação e Informática	309	300	0,3	0,6	0,6	0,6	17,1	1,0	0,0	-2,9	0,0	
Direitos de Utilização	306	339	0,5	0,6	0,6	0,6	5,2	11,1	0,1	10,8	0,1	
Outr. Fornec. por Empresas	1895	1851	2,6	3,9	3,8	3,4	9,9	-2,8	-0,1	-2,4	-0,1	
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	406	412	0,5	0,8	0,8	0,8	10,8	3,6	0,0	1,4	0,0	
Operações Governamentais	100	101	0,3	0,2	0,2	0,2	-2,6	-3,5	0,0	0,5	0,0	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal para as “Importações” totais de Bens e para as “Exportações” de Serviços.

Notas:

As “Exportações” das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Crédito) correspondem às Saídas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das “Expedições” de mercadorias para a UE com as “Exportações” para Países Terceiros). As “Importações” das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Débito) correspondem às Entradas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das “Chegadas” de mercadorias para a UE com as “Importações” para Países Terceiros).

Valores Fob para a “Importação” de bens.

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das “Exportações” / “Importações” atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até Outubro de 2010.

Artigos

Em Análise

Análise da Alteração de Comportamento das Exportações Portuguesas de Mercadorias para Angola: Portugal face aos Principais Fornecedores ¹

Walter Anatole Marques²

1. Introdução

Esta análise, que utiliza a informação estatística disponível para o período de 2007 a 2009, pretende analisar o comportamento recente das exportações dos quatro principais países fornecedores de Angola e do conjunto dos restantes, por agrupamentos de produtos, com vista à identificação da incidência da descida das importações angolanas verificada em 2009, resultante do abrandamento económico registado no país e da acentuada redução do preço do petróleo, eventualmente indutor da manutenção desse comportamento durante 2010.

As exportações portuguesas de mercadorias para Angola, com um peso no conjunto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa superior a 80% nos três últimos anos, ultrapassaram em 2008 o até então tradicional principal mercado das exportações para o espaço extracomunitário, os Estados Unidos da América.

Após um aumento significativo das exportações portuguesas de mercadorias para Angola em 2008 (+34,3% em termos homólogos quando medidas em Euros), assistiu-se em 2009 a uma descida de -0,8%, e a uma nova descida de -20,2% nos primeiros nove meses de 2010.

Em 2009, Angola absorveu 7,1% do total das saídas de mercadorias portuguesas para o Mundo, o que correspondeu a 29,1% do total das exportações para os Países Terceiros. Com a quebra significativa verificada nos nove primeiros meses de 2010, essas percentagens desceram respetivamente para 4,9% e 19,7%. Importa portanto analisar mais detalhadamente se este comportamento foi igualmente extensível a todos os agrupamentos de produtos ou foi devido a uma alteração na estrutura da procura Angolana por exportações dos seus principais parceiros comerciais.

2. Mercados de Origem das Importações Angolanas³

Os dez principais mercados de origem das importações angolanas representaram entre 2005 e 2009 de 75% a 76% das importações totais do país. Os quatro principais mercados fornecedores em 2009 foram Portugal (19,6%), a China (15,0%), os EUA (8,9%) e o Brasil (8,4%), que no seu conjunto pesaram mais de 50% do total (Quadro 1).

Entre 2005 e 2009 Portugal foi o 1º fornecedor no *ranking* à exceção do ano de 2006, ano em que a primeira posição foi ocupada pelos EUA. De assinalar a escalada da China no *ranking*, que passou sucessivamente de 6º fornecedor em 2005, para 4º em 2006, 3º em 2007 e 2º em 2008 e 2009 (Quadro 2).

Entre 2005 e 2009 Portugal aumentou o seu peso nas exportações (6.7 p.p.), a par da China (10,2 p.p.) e do Brasil (1,7 p.p.), enquanto que os EUA viram diminuir a sua importância no total (-3,1 p.p.).

¹ Para informação mais pormenorizada, consultar GEE *Papers* – Temas Económicos nº 13 em <http://www.gee.min-economia.pt/>.

² Assessor Principal (AP). O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

³ Nos quadros que se seguem, os dados de base utilizados são de fonte ITC-*International Trade Centre*, que no respeitante a Portugal se podem considerar convergentes com os de fonte INE quando convertidos de Euros a US\$ à taxa de câmbio média anual (por exemplo: 2007 – 2 302 e 2 308 milhões de US\$; 2008 - 3 339 e 3 326; 2009 – 3 217 e 3 128 milhões de US\$).

Quadro 1. Os dez principais mercados de origem das importações de mercadorias em Angola

- Peso no Total (%) -

2005		2006		2007		2008		2009	
	%		%		%		%		%
Portugal	12.9	EUA	14.6	Portugal	18.7	Portugal	16.5	Portugal	19.6
Coreia SL	19.6	Portugal	14.3	EUA	10.4	China	14.5	China	15.0
EUA	12.0	Coreia SL	9.8	China	10.0	EUA	10.4	EUA	8.9
África SL	7.0	China	8.4	Brasil	9.9	Brasil	9.7	Brasil	8.4
Brasil	6.7	Brasil	7.9	África SL	6.3	Coreia SL	6.2	França	4.7
China	4.8	África SL	6.5	França	6.0	África SL	4.4	Itália	4.5
França	4.8	França	6.0	R.Unido	4.4	França	3.7	África SL	4.3
R.Unido	3.7	R.Unido	3.6	Alemanha	4.2	Espanha	3.5	Índia	3.7
P.Baixos	2.4	Alemanha	2.4	Bélgica	2.9	Alemanha	2.9	R.Unido	3.3
Namíbia	2.3	Espanha	2.3	P.Baixos	2.8	Bélgica	2.7	Espanha	3.1
	76.2		75.8		75.6		74.5		75.5

Fonte: Dados de base do International Trade Centre (ITC).

Como se pode observar no Quadro 2, em 2009, de acordo com a fonte utilizada, a quebra das importações angolanas atingiu -21,6% face ao ano anterior, quando medida em dólares. Entre os quatro destacados fornecedores de mercadorias, Portugal foi o que registou a menor descida (-6,4%), seguido da China (-18,9%), do Brasil (-32,5%) e dos EUA (-32,8%).

Quadro 2. Evolução das importações de mercadorias em Angola com origem nos quatro principais países fornecedores

(2005 a 2009)

Valores em milhões de US\$

	2005			2006			2007			2008			2009		
	Valor	% do Total	rank	Valor e TVH	% do Total	rank	Valor e TVH	% do Total	rank	Valor e TVH	% do Total	rank	Valor e TVH	% do Total	rank
Total	7 741	100.0		10 616	100.0		12 317	100.0		20 297	100.0		15 919	100.0	
<i>t.v.h.</i>	-			37.1			16.0			64.8			-21.6		
Portugal	996	12.9	1	1 519	14.3	2	2 302	18.7	1	3 339	16.5	1	3 127	19.6	1
<i>t.v.h.</i>	-			52.5			51.6			45.0			-6.4		
China	373	4.8	6	894	8.4	4	1 235	10.0	3	2 942	14.5	2	2 386	15.0	2
<i>t.v.h.</i>	-			139.9			38.1			138.3			-18.9		
EUA	928	12.0	3	1 550	14.6	1	1 280	10.4	2	2 117	10.4	3	1 423	8.9	3
<i>t.v.h.</i>	-			67.1			-17.4			65.4			-32.8		
Brasil	521	6.7	5	837	7.9	5	1 218	9.9	4	1 975	9.7	4	1 333	8.4	4
<i>t.v.h.</i>	-			60.6			45.6			62.1			-32.5		

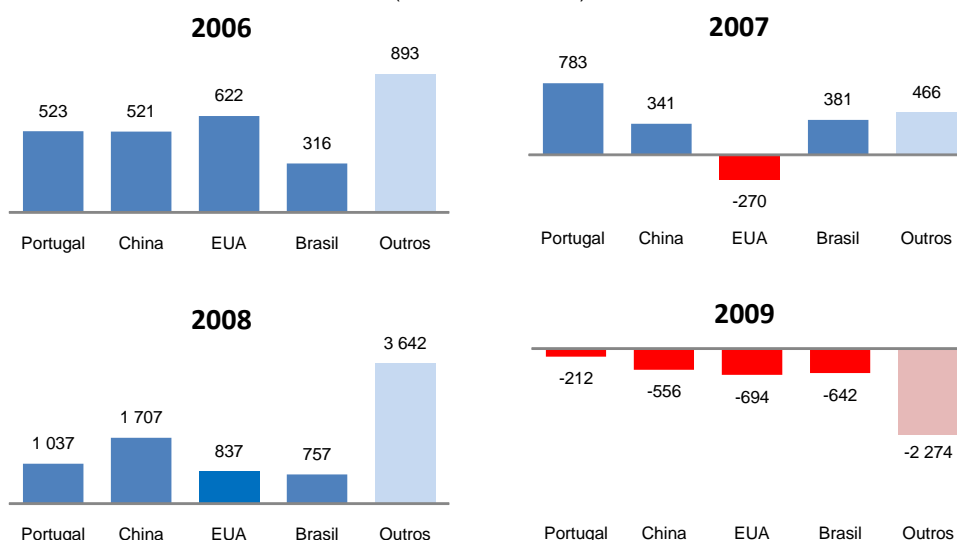
Peso dos 4 países no Total (%):

	36.4	45.2	49.0	51.1	51.9
--	------	------	------	------	------

Fonte: Dados de base do International Trade Centre (ITC).

Em termos nominais, a redução das importações angolanas em 2009 cifrou-se em 4,4 mil milhões de dólares, sendo a redução dos fornecimentos portugueses de apenas 4,8% desse montante, a que corresponde a 212 milhões de dólares (Figura 1).

Figura 1. Variação nominal anual das importações angolanas
(milhões de dólares)



Fonte: Dados de base do International Trade Centre (ITC).

3. Importações Angolanas por Agrupamentos de Produtos

Nos três últimos anos as principais importações angolanas incidiram nos agrupamentos **Máquinas** (29,1%, 26,0% e 29,5% do total, respetivamente em 2007, 2008 e 2009), **Material de transporte**, com destaque para os *Veículos automóveis* (18,1%, 24,4% e 15,3%), **Minérios e metais**, em sua grande parte *Metais* (12,5%, 14,1% e 16,5%) e **Agroalimentares** (16,3%, 14,6% e 14,5%).

Em 2008, as importações em Angola aumentaram em termos homólogos +64,8%, a que correspondeu um acréscimo de oito mil milhões de dólares, extensivo a todos os dez agrupamentos e doze subagrupamentos de produtos considerados.

Os maiores acréscimos nominais incidiram nos agrupamentos **Material de transporte** (+2,7 mil milhões de dólares), tanto *Veículos automóveis* (+1,4 mil milhões de dólares) como *Outro material de transporte* (+1,3 mil milhões de dólares), **Máquinas** (+1,7 mil milhões de dólares), **Minérios e metais**, essencialmente *Metais* (+1,3 mil milhões) e **Agroalimentares** (+952,9 milhões de dólares) (Quadro 3).

Em 2009 assistiu-se a uma descida de -21,6%, num valor da ordem dos 4,4 mil milhões de dólares. À exceção do agrupamento **Energéticos**, que registou um acréscimo de 218,3 milhões de dólares, e dos subagrupamentos *Peles e couros*, *Calçado e acessórios de vestuário*, e *Minérios*, estes com aumentos relativamente modestos, todos os restantes apresentaram reduções face ao ano anterior.

Mais de metade da descida incidiu no **Material de Transporte** (-2,5 mil milhões de dólares), tanto *Veículos automóveis* (-1,0 mil milhões de dólares) como *Outro material de transporte* (-1,5 mil milhões de dólares). Seguiram-se os agrupamentos **Agroalimentares** (-659,7 milhões de dólares), **Químicos** (-269,9 milhões), **Minérios e metais** (-243,6 milhões) e **Produtos acabados diversos** (-232,8 milhões de dólares), em particular *Outros produtos acabados*, que não *Cerâmica e vidro*.

Quadro 3. Importações angolanas por agrupamentos de produtos, 2007 a 2009

(dados baseados na informação dos parceiros declarantes - "mirror data")

Agrupamento de Produtos	1000 US\$			TVH (%)		Estrutura (%)			Variação Anual (1000 US\$)	
	2007	2008	2009	08/07	09/08	07	08	09	2008	2009
TOTAL	12 317 111	20 296 878	15 918 526	64.8	-21.6	100.0	100.0	100.0	7 979 767	-4 378 352
Agro-alimentares	2 012 598	2 965 450	2 305 713	47.3	-22.2	16.3	14.6	14.5	952 852	-659 737
Energéticos	293 131	579 888	798 236	97.8	37.7	2.4	2.9	5.0	286 757	218 348
Químicos	982 832	1 310 254	1 040 378	33.3	-20.6	8.0	6.5	6.5	327 422	-269 876
Madeira, cortiça e Papel	198 352	296 397	258 453	49.4	-12.8	1.6	1.5	1.6	98 045	-37 944
- Madeira e cortiça	56 130	113 975	99 292	103.1	-12.9	0.5	0.6	0.6	57 845	-14 683
- Pasta de papel, e papel	142 222	182 422	159 161	28.3	-12.8	1.2	0.9	1.0	40 200	-23 261
Peles, couros e têxteis	194 905	279 852	269 920	43.6	-3.5	1.6	1.4	1.7	84 947	-9 932
- Peles e couros	24 797	36 537	42 653	47.3	16.7	0.2	0.2	0.3	11 740	6 116
- Têxteis	170 108	243 315	227 267	43.0	-6.6	1.4	1.2	1.4	73 207	-16 048
Vestuário e calçado	209 570	314 614	271 278	50.1	-13.8	1.7	1.6	1.7	105 044	-43 336
- Vestuário	124 315	195 698	145 435	57.4	-25.7	1.0	1.0	0.9	71 383	-50 263
- Calçado e acess. vestuário	85 255	118 916	125 843	39.5	5.8	0.7	0.6	0.8	33 661	6 927
Minérios e metais	1 534 936	2 862 332	2 618 747	86.5	-8.5	12.5	14.1	16.5	1 327 396	-243 585
- Minérios	91 710	213 928	238 384	133.3	11.4	0.7	1.1	1.5	122 218	24 456
- Metais	1 443 226	2 648 404	2 380 363	83.5	-10.1	11.7	13.0	15.0	1 205 178	-268 041
Máquinas	3 578 419	5 272 410	4 700 722	47.3	-10.8	29.1	26.0	29.5	1 693 991	-571 688
Material de transporte	2 230 050	4 946 565	2 430 673	121.8	-50.9	18.1	24.4	15.3	2 716 515	-2 515 892
- Veic. automóveis e ciclos	1 552 962	2 980 444	1 966 073	91.9	-34.0	12.6	14.7	12.4	1 427 482	-1 014 371
- Outro material transporte	677 088	1 966 121	464 600	190.4	-76.4	5.5	9.7	2.9	1 289 033	-1 501 521
Prod. acabados diversos	1 075 992	1 455 461	1 222 686	35.3	-16.0	8.7	7.2	7.7	379 469	-232 775
- Cerâmica e vidro	175 100	264 534	261 299	51.1	-1.2	1.4	1.3	1.6	89 434	-3 235
- Outros produtos acabados	900 892	1 190 927	961 387	32.2	-19.3	7.3	5.9	6.0	290 035	-229 540

Fonte: Dados de base do International Trade Centre.

4. Exportações Portuguesas para Angola por Agrupamentos de Produtos

Nos três últimos anos as principais exportações portuguesas para Angola incidiram nos agrupamentos **Máquinas** (29,9%, 29,1% e 29,7% do total, respetivamente em 2007, 2008 e 2009), **Agroalimentares** (19,7%, 18,6% e 18,1%), **Minérios e metais**, em sua grande parte *Metais* (10,4%, 13,7% e 14,3%) e **Produtos acabados diversos** (12,2%, 11,0% e 11,5%).

Em 2008, as exportações aumentaram em termos homólogos +45,0%, a que correspondeu um valor superior a mil milhões de dólares, tendo os acréscimos sido extensivos a todos os dez agrupamentos e doze subagrupamentos de produtos considerados. Os maiores acréscimos nominais incidiram nos agrupamentos **Máquinas** (+284,0 milhões de dólares), **Minérios e Metais** (+218,8 milhões), **Agroalimentares** (+167,4 milhões), e **Material de Transporte**, essencialmente *Veículos automóveis* (+107,7 milhões de dólares) (Quadro 4).

Como se pode observar através do Quadro 4, em 2009 assistiu-se a uma quebra sensível das exportações (-212,5 milhões de dólares), apenas contrariada por acréscimos relativamente pouco significativos nos subagrupamentos *Metais* (+6,6 milhões de dólares), *Cerâmica e vidro* (+6,6 milhões), *Têxteis* (+5,6 milhões), *Madeira e cortiça* (+4,8 milhões) e *Peles e couros* (+310 mil dólares).

As maiores descidas incidiram nos agrupamentos **Agroalimentares** (-54,0 milhões de dólares), **Máquinas** (-42,6 milhões) e **Material de transporte**, principalmente *Veículos automóveis* (-41,8 milhões de dólares).

Quadro 4. Exportações de Portugal para Angola por agrupamentos de produtos
2007 a 2009

Agrupamento de Produtos	1000 US\$			TVH (%)		Estrutura (%)			Variação anual (1000 US\$)	
	2007	2008	2009	08/07	09/08	07	08	09	2008	2009
TOTAL	2 302 117	3 339 145	3 126 669	45.0	-6.4	100.0	100.0	100.0	1 037 028	-212 476
Agro-alimentares	452 986	620 389	566 427	37.0	-8.7	19.7	18.6	18.1	167 403	-53 962
Energéticos	26 726	30 082	18 823	12.6	-37.4	1.2	0.9	0.6	3 356	-11 259
Químicos	216 569	309 623	291 785	43.0	-5.8	9.4	9.3	9.3	93 054	-17 838
Madeira, cortiça e Papel	91 900	127 201	112 580	38.4	-11.5	4.0	3.8	3.6	35 301	-14 621
- <i>Madeira e cortiça</i>	21 907	28 426	33 189	29.8	16.8	1.0	0.9	1.1	6 519	4 763
- <i>Pasta de papel, e papel</i>	69 993	98 775	79 391	41.1	-19.6	3.0	3.0	2.5	28 782	-19 384
Peles, couros e têxteis	33 907	44 551	50 507	31.4	13.4	1.5	1.3	1.6	10 644	5 956
- <i>Peles e couros</i>	5 345	8 299	8 612	55.3	3.8	0.2	0.2	0.3	2 954	313
- <i>Têxteis</i>	28 562	36 252	41 895	26.9	15.6	1.2	1.1	1.3	7 690	5 643
Vestuário e calçado	54 809	86 819	69 357	58.4	-20.1	2.4	2.6	2.2	32 010	-17 462
- <i>Vestuário</i>	34 712	58 143	46 056	67.5	-20.8	1.5	1.7	1.5	23 431	-12 087
- <i>Calçado e acess. vestuário</i>	20 097	28 676	23 301	42.7	-18.7	0.9	0.9	0.7	8 579	-5 375
Minérios e metais	238 745	457 499	446 915	91.6	-2.3	10.4	13.7	14.3	218 754	-10 584
- <i>Minérios</i>	16 244	42 807	25 652	163.5	-40.1	0.7	1.3	0.8	26 563	-17 155
- <i>Metais</i>	222 501	414 692	421 263	86.4	1.6	9.7	12.4	13.5	192 191	6 571
Máquinas	687 621	971 576	928 943	41.3	-4.4	29.9	29.1	29.7	283 955	-42 633
Material de transporte	216 947	324 598	282 836	49.6	-12.9	9.4	9.7	9.0	107 651	-41 762
- <i>Veíc. automóveis e ciclos</i>	190 043	297 345	262 896	56.5	-11.6	8.3	8.9	8.4	107 302	-34 449
- <i>Outro material transporte</i>	26 904	27 253	19 940	1.3	-26.8	1.2	0.8	0.6	349	-7 313
Prod. acabados diversos	281 900	366 802	358 506	30.1	-2.3	12.2	11.0	11.5	84 902	-8 296
- <i>Cerâmica e vidro</i>	69 928	86 832	93 383	24.2	7.5	3.0	2.6	3.0	16 904	6 551
- <i>Outros produtos acabados</i>	211 972	279 970	265 123	32.1	-5.3	9.2	8.4	8.5	67 998	-14 847

Fonte: Dados de base do International Trade Centre.

5. Evolução Comparada da Variação das Exportações para Angola dos Principais Fornecedores por Agrupamentos de Produtos

Em 2008, face ao ano anterior, verificou-se um crescimento das importações angolanas provenientes dos quatro principais países fornecedores (Portugal, China, EUA e Brasil) e do conjunto dos restantes, praticamente generalizado a todos os agrupamentos e subagrupamentos de produtos, apenas com pequenas reduções nos fornecimentos de *Pasta de papel e papel* e *Peles e couros* pelos EUA, de *Outro material de transporte*, que não *Veículos automóveis* pelo Brasil, e de *Peles e couros* pelo conjunto dos restantes países fornecedores (Quadro 5).

Entre os quatro principais fornecedores o maior incremento verificou-se com a China (+1,7 mil milhões de dólares), seguida de Portugal (+1,0 mil milhões de dólares), dos EUA (+836,8 milhões) e do Brasil (+756,5 milhões de dólares).

Em todos os casos, à exceção dos EUA, o aumento mais significativo incidiu no agrupamento **Máquinas**. No caso dos EUA estas surgem na segunda posição, ultrapassadas pelas de **Material de transporte**, em particular de *Outro material de transporte*, mas também de *Veículos automóveis*.

Quadro 5. Variação das exportações para Angola dos principais fornecedores por agrupamentos de produtos

Variação em 2008 face ao ano anterior (1000 US\$)

Agrupamentos de produtos	Exportadores para Angola					Importação em Angola
	Portugal	China	EUA	Brasil	Outros*	
TOTAL	1 037 028 ↑	1 707 951 ↑	836 830 ↑	756 474 ↑	3 641 484 ↑	7 979 767 ↑
Agro-alimentares	167 403 ↑	8 900 ↑	46 569 ↑	182 508 ↑	729 980 ↑	952 852 ↑
Energéticos	3 356 ↑	1 003 ↑	783 ↑	-2 683 ↑	281 615 ↑	286 757 ↑
Químicos	93 054 ↑	73 987 ↑	32 550 ↑	32 346 ↑	127 831 ↑	327 422 ↑
Madeira, cortiça e Papel	35 301 ↑	40 005 ↑	-327 ↓	10 254 ↑	23 066 ↑	98 045 ↑
- <i>Madeira e cortiça</i>	6 519 ↑	39 089 ↑	263 ↑	7 066 ↑	11 974 ↑	57 845 ↑
- <i>Pasta de papel, e papel</i>	28 782 ↑	916 ↑	-590 ↓	3 188 ↑	11 092 ↑	40 200 ↑
Peles, couros e têxteis	10 644 ↑	39 483 ↑	9 869 ↑	5 172 ↑	24 951 ↑	84 947 ↑
- <i>Peles e couros</i>	2 954 ↑	10 383 ↑	-178 ↓	693 ↑	-1 419 ↓	11 740 ↑
- <i>Têxteis</i>	7 690 ↑	29 100 ↑	10 047 ↑	4 479 ↑	26 370 ↑	73 207 ↑
Vestuário e calçado	32 010 ↑	38 564 ↑	1 740 ↑	9 377 ↑	32 730 ↑	105 044 ↑
- <i>Vestuário</i>	23 431 ↑	17 646 ↑	473 ↑	5 726 ↑	29 833 ↑	71 383 ↑
- <i>Calçado e acess. vestuário</i>	8 579 ↑	20 918 ↑	1 267 ↑	3 651 ↑	2 897 ↑	33 661 ↑
Minérios e metais	218 754 ↑	513 985 ↑	69 606 ↑	131 549 ↑	525 051 ↑	1 327 396 ↑
- <i>Minérios</i>	26 563 ↑	61 360 ↑	5 731 ↑	1 432 ↑	28 564 ↑	122 218 ↑
- <i>Metais</i>	192 191 ↑	452 625 ↑	63 875 ↑	130 117 ↑	496 487 ↑	1 205 178 ↑
Máquinas	283 955 ↑	531 442 ↑	193 533 ↑	217 313 ↑	685 061 ↑	1 693 991 ↑
Material de transporte	107 651 ↑	347 076 ↑	458 628 ↑	145 432 ↑	1 803 160 ↑	2 716 515 ↑
- <i>Veíc. automóveis e ciclos</i>	107 302 ↑	332 219 ↑	149 577 ↑	171 796 ↑	838 384 ↑	1 427 482 ↑
- <i>Outro material transporte</i>	349 ↑	14 857 ↑	309 051 ↑	-26 364 ↓	964 776 ↑	1 289 033 ↑
Prod. acabados diversos	84 902 ↑	113 501 ↑	23 871 ↑	25 221 ↑	157 195 ↑	379 469 ↑
- <i>Cerâmica e vidro</i>	16 904 ↑	33 228 ↑	793 ↑	19 397 ↑	38 509 ↑	89 434 ↑
- <i>Outros produtos acabados</i>	67 998 ↑	80 273 ↑	23 078 ↑	5 824 ↑	118 686 ↑	290 035 ↑

* Obtido por diferença entre a importação e o somatório das exportações dos quatro países individualizados.

Fonte: Dados de base do International Trade Centre.

A quebra das exportações portuguesas para Angola em 2009, é explicada pela acentuada descida das importações angolanas (-4,4 mil milhões de dólares), praticamente generalizada a todo o tipo de produtos (Quadro 6).

Esta descida encontrar-se-á relacionada com uma acentuada redução do preço do petróleo no mercado internacional, acrescida de uma redução da produção angolana na sequência de compromissos no âmbito da OPEP. O setor do petróleo pesa cerca de 60% no PIB angolano e representa mais de 90% das exportações do país.

Entre os quatro destacados fornecedores de mercadorias, Portugal foi o que registou menor quebra (-6,4%), seguido da China (-18,9%), do Brasil (-32,5%) e dos EUA (-32,8%). O conjunto dos restantes países fornecedores apresentou uma redução de -22,9% das suas exportações.

Da observação do Quadro 6, apesar da tendência de descida, constata-se aumentos nos fornecimentos de Portugal em *Madeira e cortiça*, designadamente obras de carpintaria para construção (a par de descidas nos restantes fornecedores, à exceção dos EUA, com prática estabilização), nos *Têxteis* (secundado pelos EUA, face a descidas nos restantes países), nos *Metais* (depois dos EUA, a par de quebras significativas nos outros fornecedores) e na *Cerâmica e vidro* (conjuntamente com a China, contra uma retração nos restantes exportadores). De assinalar uma redução das exportações portuguesas de *Calçado e acessórios de vestuário*, face ao incremento verificado em todos os restantes fornecedores, em particular da China.

**Quadro 6. Variação das exportações para Angola dos principais fornecedores
por agrupamentos de produtos**

Variação em 2009 face ao ano anterior (1000 US\$)

Agrupamentos de produtos	Exportadores para Angola					Importação em Angola
	Portugal	China	EUA	Brasil	Outros*	
TOTAL	-212 476 ↓	-556 510 ↓	-694 114 ↓	-641 567 ↓	-2 273 685 ↓	-4 378 352 ↓
Agro-alimentares	-53 962 ↓	-11 112 ↓	-63 766 ↓	-47 107 ↓	-530 897 ↓	-659 737 ↓
Energéticos	-11 259 ↓	3 894 ↑	40 755 ↑	-41 940 ↓	184 958 ↑	218 348 ↑
Químicos	-17 838 ↓	-14 939 ↓	-26 433 ↓	-29 541 ↓	-210 666 ↓	-269 876 ↓
Madeira, cortiça e Papel	-14 621 ↓	-2 873 ↓	2 073 ↑	-11 091 ↓	-22 523 ↓	-37 944 ↓
- Madeira e cortiça	4 763 ↑	-9 607 ↓	42	-9 636 ↓	-9 881 ↓	-14 683 ↓
- Pasta de papel, e papel	-19 384 ↓	6 734 ↑	2 031 ↑	-1 455 ↓	-12 642 ↓	-23 261 ↓
Peles, couros e têxteis	5 956 ↑	1 080 ↑	2 236 ↑	-2 136 ↓	-19 204 ↓	-9 932 ↓
- Peles e couros	313 ↑	9 653 ↑	165 ↑	-111 ↓	-4 015 ↓	6 116 ↑
- Têxteis	5 643 ↑	-8 573 ↓	2 071 ↑	-2 025 ↓	-15 189 ↓	-16 048 ↓
Vestuário e calçado	-17 462 ↓	-1 935 ↓	366 ↑	-548 ↓	-24 305 ↓	-43 336 ↓
- Vestuário	-12 087 ↓	-12 369 ↓	-160 ↓	-3 050 ↓	-25 647 ↓	-50 263 ↓
- Calçado e acess. vestuário	-5 375 ↓	10 434 ↑	526 ↑	2 502 ↑	1 342 ↑	6 927 ↑
Minérios e metais	-10 584 ↓	-95 609 ↓	92 738 ↑	-84 154 ↓	-230 130 ↓	-243 585 ↓
- Minérios	-17 155 ↓	24 395 ↑	-5 402 ↓	-570 ↓	22 618 ↑	24 456 ↑
- Metais	6 571 ↑	-120 004 ↓	98 140 ↑	-83 584 ↓	-252 748 ↓	-268 041 ↓
Máquinas	-42 633 ↓	-232 644 ↓	-181 628 ↓	-172 772 ↓	-114 783 ↓	-571 688 ↓
Material de transporte	-41 762 ↓	-179 829 ↓	-629 128 ↓	-207 266 ↓	-1 665 173 ↓	-2 515 892 ↓
- Veíc. automóveis e ciclos	-34 449 ↓	-251 519 ↓	-125 260 ↓	-198 613 ↓	-603 143 ↓	-1 014 371 ↓
- Outro material transporte	-7 313 ↓	71 690 ↑	-503 868 ↓	-8 653 ↓	-1 062 030 ↓	-1 501 521 ↓
Prod. acabados diversos	-8 296 ↓	-22 533 ↓	68 680 ↑	-45 017 ↓	-270 626 ↓	-232 775 ↓
- Cerâmica e vidro	6 551 ↑	9 097 ↑	-1 030 ↓	-10 110 ↓	-17 853 ↓	-3 235 ↓
- Outros produtos acabados	-14 847 ↓	-31 630 ↓	69 710 ↑	-34 907 ↓	-252 773 ↓	-229 540 ↓

* Obtido por diferença entre a importação e o somatório das exportações dos quatro países individualizados.

Fonte: Dados de base do International Trade Centre.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>18 de janeiro de 2011</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 18 de janeiro de 2011 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação do programa de trabalhos da Presidência Húngara: O programa da Presidência Húngara, que decorrerá no primeiro semestre de 2011, centra-se nas seguintes áreas de ação: (i) política económica e orçamental, (ii) dimensão externa, onde o enfoque é colocado nos trabalhos do G20, (iii) serviços financeiros, (iv) fiscalidade e (v) orçamento comunitário. <p>No que se refere à política económica e orçamental, é dada prioridade ao reforço da governação económica da UE (cujo objetivo é o de concluir o debate relativo às propostas legislativas da Comissão, ao nível do Conselho, até ao final de março), à implementação do Semestre Europeu (cujas conclusões deverão ser adotadas em fevereiro, seguindo-se um relatório a enviar ao Conselho Europeu em março) e ao estabelecimento do novo mecanismo permanente de gestão de crises. No que se refere aos serviços financeiros e à fiscalidade, é salientada a importância de um rápido progresso em todos os <i>dossiers</i> relativos à atual reforma da regulação e supervisão financeira, da continuação dos trabalhos em matéria de tributação do setor financeiro e da obtenção de um acordo político sobre a extensão do campo de aplicação da Diretiva da Poupança.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do PEC: O Ecofin analisou a Comunicação da Comissão relativa à avaliação das medidas tomadas por Malta para reduzir o seu défice, em resposta à recomendação do Conselho, de 16 de fevereiro de 2010. O Conselho considerou que Malta está a executar de forma adequada a sua recomendação e que as autoridades maltesas têm tomado medidas de consolidação orçamental para corrigir o défice excessivo até 2011. Apelou, no entanto, a uma execução rigorosa do orçamento, ao reforço do caráter vinculativo do quadro orçamental de médio prazo e à melhoria da sustentabilidade das finanças públicas no longo prazo. ▪ Introdução do euro na Estónia: O Ministro das Finanças da Estónia informou o Conselho sobre a introdução do euro no seu país em 1 de janeiro de 2011. A Comissão deverá apresentar nos próximos meses um relatório completo sobre a transição, no entanto, as autoridades estonianas reportaram que a mesma decorreu de forma adequada. O período de dupla circulação do euro e da coroa estoniana irá terminar em 14 de janeiro, podendo trocar-se coroas por euros até ao final de junho (taxa de câmbio fixa irrevogável de €1 = EEK 15,6466). ▪ Avaliação das versões preliminares dos Programas Nacionais de Reforma: Os Ministros analisaram um relatório do Comité de Política Económica relativo à avaliação das versões preliminares dos programas nacionais de reforma apresentados pelos estados-membros. Foram detetadas algumas áreas onde será necessário apresentar melhorias a integrar na versão final destes relatórios, a submeter até ao final de abril. Destacam-se, em particular, as áreas relativas aos cenários macroeconómicos, às medidas para ultrapassar obstáculos ao crescimento e aos compromissos para acelerar reformas estruturais que potenciem o crescimento económico no médio prazo. ▪ Relatório Anual relativo ao Crescimento: A Comissão Europeia apresentou aos Ministros o seu Relatório Anual relativo ao Crescimento. Este relatório constitui o primeiro passo na implementação do Semestre Europeu, que envolve uma maior coordenação <i>ex ante</i> das políticas dos estados-membros em matéria orçamental e de reformas estruturais. Em março, o Conselho Europeu da primavera deverá fornecer orientação aos estados-membros na preparação dos programas de estabilidade e convergência e dos programas nacionais de reforma.

Iniciativa	Sumário
Simplex Autárquico 2011	O Conselho de Ministros de 9 de dezembro aprovou a terceira edição do programa Simplex Autárquico 2011, englobando agora todas as capitais de distrito. Este programa tem como objetivo implementar mais de 800 medidas para a simplificação legislativa e administrativa da Administração Local.
Programa Simplex Exportações	O Conselho de Ministros de 15 de dezembro aprovou o programa Simplex Exportações, que tem como principal objetivo a simplificação dos procedimentos administrativos seguidos pelas empresas na exportação de bens e serviços.
Programa Simplegis	O Conselho de Ministros de 30 de dezembro aprovou, no âmbito do Programa Simplegis, legislação no sentido de serem identificados permanentemente os atos legislativos que deixem de vigorar.
Retribuição Mínima Nacional Garantida	O Conselho de Ministros de 23 de dezembro aprovou o diploma que atualiza o valor da Retribuição Mínima Nacional Garantida (RMNG) para o ano de 2011. O diploma prevê um aumento gradual, ao longo de 2011, dos atuais 475 euros para 500 euros.
Acordos	<ol style="list-style-type: none"> Foram aprovadas, em Conselho de Ministros de 23 de dezembro, as propostas de resolução que aprovam os Acordos entre Portugal e a Comunidade Dominicana, Belize e Antígua e Barbuda sobre troca de informações em matéria fiscal. A 13 de janeiro, o Estado Português concluiu negociações com as autoridades da Arábia Saudita com vista à celebração de uma convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento, reforçando assim o combate à evasão e fraude fiscais. Foi assinado a 14 de janeiro pelo Estado Português, o Acordo sobre a troca de informações em matéria fiscal com o governo da Libéria. Acordo que segue o modelo da OCDE e constitui um instrumento legal no combate à fraude e evasão fiscal.
Sociedades por Quotas	O Conselho de Ministros de 30 de dezembro aprovou legislação com um conjunto de medidas de simplificação dos processos de constituição das sociedades por quotas e das sociedades unipessoais por quotas, passando o capital social mínimo a ser de 1 euro.
Excise Movement and Control System (EMCS)	A 1 de janeiro deu-se início a um novo sistema informatizado de gestão e controlo em tempo real dos movimentos de produtos sujeitos a impostos especiais de consumo. Com este sistema procura-se simplificar as obrigações dos operadores económicos no comércio intracomunitário de álcool e bebidas alcoólicas, produtos energéticos e tabacos, passando o registo da expedição, circulação e receção destes produtos a fazer-se integralmente em suporte eletrónico.
Lei da Arbitragem Voluntária	Foi aprovada em Conselho de Ministros de 6 de janeiro a proposta de lei que cria uma nova lei da arbitragem voluntária no sentido de se aproximar da lei modelo sobre a arbitragem comercial internacional, da Comissão das Nações Unidas sobre Direito do Comércio Internacional (CNUDCI).
«Via Rápida» para projetos com Forte Vocação Exportadora	No âmbito da Iniciativa para a Competitividade e o Emprego, foi aprovado em Conselho de Ministros de 13 de janeiro o alargamento da «via rápida» para os Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) aos projetos com forte vocação exportadora.
Programa e.escola 2.0	O Conselho de Ministros de 13 de janeiro determinou o lançamento do Programa e.escola 2.0, visando alargar o acesso a tecnologias de informação pelos alunos do ensino secundário.
Social Investe	Foi anunciado, a 19 de janeiro, a criação do Programa de Apoio à Economia Social (Social Investe) que consiste numa linha de crédito bonificada e garantida destinada a incentivar o desenvolvimento das atividades de natureza social e solidária no valor de 12,5 milhões de euros, designada também por Linha Social

Iniciativa**Sumário**

Mais. No mesmo âmbito será criada a “Cooperativa na hora”, em que serão simplificados os processos administrativos para a criação de cooperativas, e um Programa Nacional de Microcrédito que consiste numa linha de 20 milhões de euros para incentivar desempregados e jovens à procura do primeiro emprego a iniciarem o seu próprio negócio.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Indemnizações Compensatórias</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2010 – Série I n.º 240, de 14/12	Aprovação da distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público.
<i>Serviço de Interruptibilidade de Eletricidade</i> Portaria n.º1308/2010 – Série I n.º247, de 23/12	No âmbito da Estratégia nacional para a Energia (ENE2020), regulamenta a prestação e remuneração do serviço de interruptibilidade de eletricidade.
<i>Medidas de consolidação orçamental</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 27/12	Concretização de medidas de consolidação orçamental previstas na Lei do Orçamento do Estado para 2011 e no Programa de Estabilidade e Crescimento e implementação de um sistema especial de controlo trimestral da despesa pública para o ano de 2011
<i>Código do IVA</i> Decreto-Lei n.º134/2010 – Série I n.º249, de 27/12	Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (Código do IVA) e do regime do IVA nas transações intracomunitárias (RITI),
<i>Iniciativa para a Competitividade e Emprego</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º101-B/2010 – Série I n.º249, de 27/12	Aprova a Iniciativa para a Competitividade e o Emprego, composta por cerca de 50 medidas e que se desenvolve em cinco áreas fundamentais: competitividade da economia e apoio às exportações; simplificação administrativa e redução dos custos de contexto para as empresas; competitividade do mercado de trabalho; reabilitação urbana e dinamização do mercado de arrendamento; e combate à informalidade, fraude e evasão fiscal e contributiva.
<i>Medidas adicionais de redução da despesa</i> Decreto-Lei n.º 137/2010 – Série I n.º 250, de 28/12	Aprovação de um conjunto de medidas adicionais de redução da despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013
<i>Operações de Microcrédito</i> Portaria n.º1315/2010 – Série I n.º250, de 28/12	Determina quais as atividades económicas que podem ser objeto das operações de microcrédito bem como os montantes máximos dos respetivos financiamentos.
<i>Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)</i> Portaria n.º1316/2010 – Série I n.º250, de 28/12	Aprova o Regulamento da Estrutura de Gestão do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética. A gestão e acompanhamento do PNAEE são atribuídos aos seguintes órgãos: Conselho estratégico, Comissão executiva, Comissão consultiva e Comissões técnicas.
<i>Tarifa Social</i> Decreto-Lei n.º138-A/2010 – Série I n.º250, de 28/12	Cria a tarifa social aplicável aos clientes de energia elétrica que se encontrem numa situação de carência socioeconómica. O critério de elegibilidade coincide com as prestações atribuídas pelo sistema de segurança social.
<i>Veículos de Transporte Rodoviário não Poluentes e Energeticamente Eficientes</i> Decreto-Lei n.º140/2010 – Série I n.º251, de 29/12	No âmbito da Estratégia nacional para a Energia (ENE2020), estabelece o enquadramento legal relativo à aquisição ou locação por entidades públicas de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes. Medida em harmonia com o Programa para a Mobilidade Elétrica em Portugal.
<i>Metas de Produção de Energia Renovável</i> Decreto-Lei n.º141/2010 – Série I n.º253, de 31/12	No âmbito da Estratégia nacional para a Energia (ENE2020), estabelece as metas para a produção de energia com base em fontes renováveis e dá aos consumidores instrumentos para poderem avaliar a quantidade de energia proveniente de fontes renováveis no cabaz energético de um determinado fornecedor.
<i>Reforço da solidez do sistema financeiro</i> Decreto-Lei n.º 140-A/2010 – Série I n.º 252, 2.º Suplemento, de 30/12	Reforço da solidez do sistema financeiro, mediante a transposição das Diretivas n.ºs 2009/111/CE do PE e do Conselho, de 16 de setembro, 2009/27/CE da Comissão, de 7 de abril, e 2009/83/CE da Comissão, de 27 de julho

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Transferência para o Estado das responsabilidades com pensões</i> Decreto-Lei n.º 140-B/2010 – Série I n.º 252, 2.º Suplemento, de 30/12	Procede à transferência para o Estado das responsabilidades com pensões de trabalhadores da PT Comunicações, S.A., oriundos dos Correios e Telecomunicações de Portugal, E.P., e da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A.
<i>Gasolina e Gasóleo rodoviário</i> Decreto-Lei n.º 142/2010 – Série I n.º 253, de 31/12	Altera as normas de especificação técnica para a composição da gasolina e do gasóleo rodoviário, e introduz um mecanismo de monitorização e de redução das emissões de gases com efeito de estufa. Transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril.
<i>Orçamento do Estado para 2011</i> Lei n.º 55-A/2010 – Série I n.º 253, Suplemento, de 31/12	Lei do Orçamento do Estado para 2011
<i>Redução remuneratória nas empresas públicas</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2011 – Série I n.º 2, de 4/1	Concretização das orientações para aplicação da redução remuneratória nas empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o setor empresarial regional e municipal
<i>Aprovação e Publicação de Atos Legislativos</i> Decreto-Lei n.º 2/2011 – Série I n.º 4, de 6/01	Concretiza uma medida do programa SIMPLEGIS através da alteração da forma de aprovação e do local de publicação de determinados atos, substituindo a sua publicação no Diário da República por outras formas de divulgação pública que tornem mais fácil o acesso à informação por pessoas e empresas.
<i>Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética</i> Portaria n.º 26/2011 – Série I n.º 6, de 10/01	Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética, o qual estabelece o regime de apoio financeiro aos projetos elegíveis pelo Fundo de Eficiência Energética (FEE) a realizar no âmbito do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE).
<i>Biomassa Florestal</i> Decreto-Lei n.º 5/2011 – Série I n.º 6, de 10/01	Estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa, para garantir o abastecimento das centrais dedicadas à biomassa florestal.
<i>Desconto para a ADSE</i> Despacho n.º 1452/2011 – Série II n.º 12, de 18/1	Define os termos em que deverá ser efetuado o processamento do desconto para a ADSE pelas entidades responsáveis, bem como nas situações em que compete ao beneficiário titular a realização da entrega do desconto. (Este Despacho deverá ser lido em articulação com o Artigo 47.º-A da Lei n.º 55-A de 31/12 do Orçamento do Estado para 2011)
<i>Taxas a pagar pelas empresas de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões</i> Portaria n.º 40/2011 – Série I n.º 13, de 19/1	Fixa as taxas a pagar pelas empresas de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões, a favor do Instituto de Seguros de Portugal, para o ano de 2011
<i>Preço do Biodiesel</i> Portaria n.º 41/2011 – Série I n.º 13, de 19/01	Estabelece o preço máximo de venda de biodiesel pelos produtores de biocombustíveis às entidades obrigadas a efetuar a sua incorporação no gasóleo rodoviário.
<i>Arbitragem tributária</i> Decreto-Lei n.º 10/2011 – Série I n.º 14, de 20/01	Regula o regime jurídico da arbitragem em matéria tributária, disciplinando a arbitragem como meio alternativo de resolução jurisdicional de conflitos em matéria tributária.

Abreviaturas Utilizadas

